

1 **Ata nº 014/2019 da Audiência Pública para discutir questões relacionadas a**  
2 **Feira Livre de nossa cidade**

3 Aos 25 (vinte e cinco) dias, do mês de setembro, do ano de 2019 (dois mil e  
4 dezenove), às 15h, em sede própria, reuniram-se autoridades municipais,  
5 vereadores e comunidade para a 14ª Audiência Pública do ano de 2019. O  
6 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Boa tarde a todos! Quero  
7 inicialmente pedir desculpas pelo avançar do horário. É que uma última comitiva  
8 que estava para chegar aí, o pessoal pediu para que a gente esperasse mais alguns  
9 minutos, e como a ideia é que a gente tenha aqui o máximo de representação  
10 possível, das mais variadas instituições que estão direta ou indiretamente  
11 envolvidas com a temática da feira, a gente resolveu aguardar alguns minutos.  
12 Então, peço desculpas a vocês. Quero iniciar aqui a nossa audiência pública  
13 primeiro cumprimentando e agradecendo as autoridades que se fazem aqui  
14 presentes: o coronel Souza, representando a Polícia Militar do Estado, a gloriosa  
15 Polícia Militar; o tenente-coronel Andrea, seja bem-vindo; o André,  
16 representando o presidente da OAB local, seja bem-vindo; aos servidores do  
17 município, secretários que aqui estão presentes, coordenadores e outros  
18 profissionais da administração municipal, os nossos cumprimentos; os  
19 representantes das entidades que se fazem presentes: HORTIAGRO, na pessoa do  
20 Marcão; o MLT, no seu expoente maior, Sr. João Batista, representante na  
21 comunidade; a APPROAR; e outras instituições, instituições dos artesãos, cujo  
22 nome agora me foge, mas sejam bem-vindos. Vou fazer aqui um breve apanhado.  
23 Alguns não estiveram presentes ao longo... Nós já estamos na segunda audiência  
24 pública. E, nós tivemos algumas reuniões, como ficou deliberado na primeira  
25 audiência, quando nós tratamos das questões que eram importantes serem  
26 tratadas, para que nós apresentássemos então numa audiência pública uma  
27 proposta de texto, um subprojeto para que esse subprojeto fosse então apresentado  
28 a comunidade. Fazer aqui um hiato para dizer que esta Casa, ao longo deste ano,  
29 nós temos optado por todas as vezes que vamos decidir alguma questão de maior  
30 relevância para a comunidade, é claro que todas as questões são relevantes, mas  
31 algumas são mais relevantes. Então, essas questões de maior relevância, a nossa  
32 Casa tem optado por construir os textos legais de mãos dadas com a comunidade,  
33 em especial aqueles segmentos que mais diretamente estão interessados na  
34 questão. Foi assim, por exemplo, quando nós tratamos na questão dos ambulantes,  
35 pessoal que trabalha aqui no centro da cidade. Foi assim que nós tratamos na  
36 questão dos aplicativos, que é um tema que nas várias cidades do país e no mundo  
37 inteiro a questão da atuação e da disciplina do funcionamento daquele serviço cria

38 uma grande expectativa, uma grande celeuma. Há categorias profissionais que  
39 disputam o mesmo espaço, que tem pretensões de soluções diversas. Naquela  
40 questão dos aplicativos, nós temos aqui o pessoal do aplicativo, o pessoal dos  
41 táxis, os mototáxis e a própria empresa de transporte coletivo. Então, em todas  
42 essas questões, quando nós vamos deliberar, quando nós vamos decidir, nós  
43 optamos ter por prática ouvir a comunidade. A ideia é de que para construir leis,  
44 que vão disciplinar a nossa vida, é importante que nós possamos contribuir com  
45 as nossas expectativas, com as nossas leituras daquela situação, porque cada um  
46 tem uma compreensão, cada um tem uma leitura. E, eu costumo dizer, todas as  
47 sessões eu costumo dizer que nada mais difícil do que viver e deliberar em  
48 democracia. Por que? Porque quando vou deliberar democraticamente uma  
49 questão, isso pressupõe que eu esteja disposto a ouvir as razões do outro e, não  
50 raro, a ceder daquilo que eu entendo que é o melhor ou o mais correto, e que o  
51 outro também ceda, para que juntos nós possamos achar um ponto de equilíbrio  
52 que atenda, dentro das possibilidades, todos os segmentos que estão  
53 representados. Agindo assim, penso eu, todos nós saímos daqui sentindo  
54 corresponsáveis por aquilo que foi produzido. Volto a dizer, pode ser que alguma  
55 expectativa que você traga hoje saia daqui parcialmente frustrada. Mas, se você  
56 olhar pelo outro lado, ela também sairá parcialmente atendida. E, essa é a forma  
57 de se revolver em conflito de interesses e de se construir uma cidade onde todos  
58 possam efetivamente contribuir nas decisões. Digo também, aproveito a  
59 oportunidade, e isso será também objeto de deliberação aqui, muito importante,  
60 tenho repetido isso e a nossa Casa tem adotado essa postura ao longo desse ano,  
61 e também em anos anteriores, mas sobretudo a partir de janeiro desse ano, de que  
62 a comunidade precisa se mover para participar. Nós temos aqui diversos  
63 conselhos: nós temos conselho de educação, conselho de saúde, conselho de  
64 esporte. E, esses conselhos são a oportunidade do cidadão participar, ter aquilo  
65 que eu chamo de informação qualificada, porque informação baseada em dados  
66 técnicos, e poder também ele cidadão opinar nas questões referentes ao nosso  
67 município. Todos nós somos responsáveis por criar um município melhor. Por  
68 isso, todos nós devemos ter canais de acesso aos centros de decisão. Isso é muito  
69 importante, é muito importante. É uma cultura que ainda está longe da nossa  
70 comunidade. Essa também é uma verdade. Às vezes, a gente tem audiências  
71 públicas aqui da maior relevância, como nós teremos em breve uma audiência  
72 pública, que anualmente tem, quando se discute a LOA, a Lei Orçamentária  
73 Anual. A LOA é muito importante porque é ali naquele momento em que se  
74 decide de que forma que a administração aplicará o dinheiro da comunidade, onde  
75 nós vamos aplicar o dinheiro da comunidade. E, aquela situação, é importante que  
76 você venha, que traga para cá a leitura do seu bairro, a necessidade do seu bairro,

77 a necessidade da sua rua, da nossa comunidade de uma forma geral. Então, é muito  
78 importante essas oportunidades. Infelizmente, a regra ainda é que a população  
79 ainda está um pouco, ainda está um pouco não, está muito alheia a participar  
80 desses eventos. Mas, esse não é o ideal. Nós precisamos, a gente vive todo dia  
81 dizendo, ouvindo e repetindo que é preciso mudar esse país. Mas, a mudança  
82 desse país se dará a partir da mudança do nosso município, da nossa realidade,  
83 para que quando muitos fizerem isso, com certeza, nós teremos um país diferente,  
84 um país aonde a comunidade não tenha por compreensão que o exercício da  
85 democracia e da sua participação se resume a ir lá na urna e depositar o voto. Não  
86 é só isso. É preciso criar canais de participação, e é preciso que a população ocupe  
87 efetivamente esses canais. Nós temos aqui na câmara, por exemplo, uma  
88 ouvidoria. Qualquer problema: ah, a lâmpada do poste da minha rua; a água do  
89 meu bairro que não chegou ou que está faltando; os espaços baldios na cidade; o  
90 posto de saúde do meu bairro que não está funcionando adequadamente; a escola  
91 do meu bairro. Tudo isso, todas essas reclamações, podem e devem ser trazidas  
92 para cá. Nós temos a ouvidoria, liga, se identifica. Se não quiser se identificar,  
93 nem por isso a reclamação deixará de ter encaminhamento. Muito importante,  
94 exercício de cidadania não significa que você precisa se identificar. Se você tem  
95 um problema lá no seu bairro, você pode ligar aqui, a nossa obrigação é averiguar  
96 se isso está acontecendo. Se está acontecendo, não importa quem fez a denúncia.  
97 Se você quiser se identificar, ótimo. Se não, é uma reclamação que precisa ser  
98 ouvida. E, agora, em complemento a isso, nós também lançamos um serviço de  
99 WhatsApp com o número da câmara: 3401-2484. Você quer, além de fazer a  
100 reclamação verbal por escrito, também mandar uma imagem do buraco da rua, do  
101 poste, o que você quiser. Às vezes, do atendimento inadequado do servidor do  
102 município, qualquer coisa do gênero. Vai lá, tira uma foto, manda para cá. E,  
103 podem ter certeza, se for de competência da câmara resolver e atuar nesse  
104 problema, nós assim o faremos. Mas, as vezes, essa competência não é da câmara.  
105 Às vezes, é da Polícia Militar. Então, o que nós fazemos? Nós encaminhamos para  
106 a Polícia Militar solicitando... O coronel Souza é um homem muito aberto,  
107 receptivo, até porque é próprio da função, a essa demandas. A gente vai lá, discute  
108 com ele: olha, nós precisamos melhorar, as vezes, o patrulhamento numa  
109 determinada área. Pode acontecer? Pode. Essa é uma coisa que a gente precisa  
110 saber. A cidade é nossa. Às vezes, por mais que a gente tente, a gente não  
111 consegue estar em todos os lugares e ter a percepção do problem. Então, cumpre  
112 à comunidade trazer esses problemas; cumpre a nós criar canais, volto a dizer,  
113 para que esses problemas possam aos centros de decisão. E, a partir daí a gente  
114 atuar no sentido de construir uma comunidade cada vez melhor. Beleza? Então,  
115 vou fazer aqui só um pequeno preambulo sobre a questão da feira, que é

116 especificamente a temática dessa tarde. Pois bem! Alguns estiveram na outra  
117 assembleia, mas alguns não. Então, os que estiveram, me perdoem se parecer um  
118 pouco maçante, mas é só pra gente recapitular e esquadrear o problema. Nós  
119 temos aqui na Barra uma feira que funciona aos domingos, todos os finais de  
120 semana. Nosso secretário de indústria e comércio está aqui. Nós temos, e essa é  
121 uma leitura nossa, na nossa comunidade, além dos feirantes propriamente ditos,  
122 que é aquele sujeito que vai lá e comercializa, porque a atividade própria do  
123 feirante é o comércio, nós temos também aquela pessoa que, além de  
124 comercializar, produz. Nós sabemos que temos aqui no nosso município um  
125 parcial impedimento de que se comercializem produtos cárneos, derivados de  
126 leite, ovos, enfim, na feira. Por quê que isso acontece? Isso acontece porque nós  
127 temos um nível de exigência sanitária, uma observância, muito rigorosa da  
128 legislação sanitária. Existem determinadas condições legais para que os produtos  
129 sejam expostos na feira. Se vocês tiverem paciência de uma hora dessas dar uma  
130 olha na internet, pesquisar no tio Google, vocês vão ver que esse não é um  
131 problema nosso. Por que? Porque garantir a qualidade alimentar é uma obrigação  
132 da administração pública, do Estado. É uma derivação de um mandamento  
133 constitucional a qualidade alimentar. Então, por conta disso, existe uma série de  
134 exigências sanitárias, condições pra que o feirante, o pequeno produtor, possa  
135 comercializar os seus produtos. Então, ponto. Até aqui, até o início dessas  
136 conversações, o que nós tínhamos era isso. O que fazer então? Baseado nessa  
137 realidade, nosso município, do que temos aqui hoje, excluídos os assentados,  
138 próximos de quatrocentos e poucos produtores, é isso Fabiano? Mais ou menos  
139 quatrocentos pequenos produtores. E, que, além desses, porque acho que estão  
140 excluídos desse número, nós temos mais cento e oitenta assentados do projeto de  
141 reforma agrária federal. Nós temos o Serra Verde. Nós temos lá já próximo de  
142 Toricueije o PA Santa Emília. Nós temos aqui o Wilmar Peres. Nós temos a Gleba  
143 8. Então, com a Gleba 8 chega a quase duzentos. E, daqui a mais uns dias, está  
144 em andamento e já em avançado estado, o processo de desapropriação do  
145 assentamento ali no Passa Vinte, onde, segundo os dados, são em torno de  
146 duzentos. Quer dizer, vai dobrar esse número. Então, na nossa compreensão,  
147 quando você cria um assentamento, o governo federal investe dinheiro lá, dinheiro  
148 que é da nação, dinheiro de todos nós. É dinheiro para construir casa, dinheiro  
149 para pequenos financiamentos e tal. Quer dizer, há todo um esforço desta nação  
150 para que você possa produzir. Então, consequência lógica disso é que você  
151 também, em via de esforços, faça esforço no sentido de possibilitar a  
152 comercialização, porque não há sentido em produzir o porquinho caipira lá, o  
153 frango caipira, os ovos, o leite, o queijo, o requeijão, o produto artesanal, não há  
154 sentido em produzir isso sem que se possa comercializar. Então, a nossa barreira

155 para comercializar isso era num nível bem alto. O que fizemos? Primeira medida  
156 que foi adotada, o prefeito municipal convocou o seu... Só fazer uma outra  
157 digressão aqui rapidinho. Esse pequeno produtor, coronel, ele tem um problema  
158 que ele não pode vender não é só na feira, ele também não pode vender o produto  
159 dele para o supermercado, ele também não pode colocar o produto dele em  
160 qualquer um dos não sei quantos, mas inúmeros pequenos mercados, comércios  
161 que nós temos na cidade. Por que? Porque ele não tem como comprovar origem,  
162 data, enfim. Ele não tem como atender aos requisitos legais. Esse nível de  
163 exigência que nós temos, ele exige um padrão cujo os gastos para produzir são  
164 muito elevados. E, a gente sabe, infelizmente a nossa política agrícola contempla  
165 muito mal essa questão do pequeno produtor. Isso é fato. Então, o que nós  
166 fizemos? Primeira medida, possibilitar a esse pequeno produtor rural que ele, não  
167 é liberar, mas mitigar, diminuir essas exigências sanitárias. Isso é possível? Sim.  
168 É possível. Foi possível reduzir a exigência sanitária, é claro respeitados requisitos  
169 mínimos. Então, reduzida essa exigência, nós criamos aqui, já está criado, já está  
170 em fase lá com o Jeová e o Fabiano, já está em processamento, a criação do Selo  
171 Artesanal. Com isso, o pequeno produtor, atendendo uma exigência mínima, a ser  
172 estabelecida pela secretária do Fabiano e pela coordenação do Jeová, poderá  
173 comercializar o seu produto onde? Na feira livre que nós vamos criar? Não. Em  
174 qualquer estabelecimento do município. Se a gente parasse por aqui, já teria sido  
175 uma grande conquista. Por que? Porque a gente precisa trabalhar e criar políticas  
176 públicas nesse país que incentivem os pequenos em todas as atividades  
177 econômicas, seja o pequeno comerciante, o pequeno industrial, o pequeno  
178 produtor rural. Por quê que a gente precisa fazer isso? Porque os dados do IBGE  
179 dizem que, de cada dez empregos que são criados nesse país, sete ponto alguma  
180 coisa são criados por pequenos e micros produtores. Então, a gente tem que estar  
181 atuando, é o papel do poder público atuar de acordo com essa realidade do país.  
182 Isso, com certeza, possibilitará que os nossos pequenos produtores tenham uma  
183 maior possibilidade de acesso à renda. O Fabiano, a secretaria do Fabiano está  
184 construindo uma parceria, que não vem ao caso aqui agora, mas está construindo  
185 uma parceria, um projeto de parceria do município com o Estado, com instituições  
186 estaduais e internacionais, para que a gente possa num futuro breve alavancar  
187 ainda mais essa situação. Mas, isso pressupõe que nós tenhamos uma cadeia  
188 produtiva, e uma cadeia produtiva que respeite normas legais, que produza de  
189 acordo com a lei. Então assim, em breve o Fabiano vai vir aqui. Nós faremos uma  
190 festa para anunciar que finalmente nós fechamos esse acordo, esse pacto, para que  
191 a gente possa... Porque a gente sabe da realidade, não existe produção sem  
192 dinheiro; não existe produção comercial hoje sem técnica, sem tecnologia. Se a  
193 gente não tiver técnica e tecnologia, nós vamos produzir abacaxi aqui, mas ele vai

194 sair com tão baixa qualidade e com tão alto custo, que ele se tornará inviável. Vai  
195 ser mais barato buscar lá. Como que a gente vê isso? A gente vê isso hoje, por  
196 exemplo. Quase todos nós estamos usando uma ou duas peças fabricadas na  
197 China, e é mais barato trazer de lá do que produzir aqui. Então, é assentado nessas  
198 primícias que a gente está falando. Ponto. Então, ficássemos só no selo e já seria  
199 uma grande conquista. Mas aí há uma reclamação, e o município fez uma pesquisa  
200 há uns dez dias atrás onde próximo de 90% das pessoas pesquisadas, é uma  
201 pesquisa por amostra, lógico, mas dá para você construir através dela, ampliar,  
202 próximo de 90% das pessoas pesquisadas aprovam e querem que nós criemos uma  
203 feira livre. As razões são as mais diversas. Mas, fato é que a população de uma  
204 forma geral pretende que se crie essa feira. Quando nós estivemos aqui na outra  
205 reunião, nas reuniões aqui, na assembleia geral, na assembleia aqui e nas reuniões  
206 de trabalho, eu disse para os feirantes que mais importante, que tão importante  
207 quanto o que poderá ser vendido é nós trabalharmos com a noção de que o que eu  
208 preciso é ter vários dias de feira. Não importa se ele será, mas feiras que sejam  
209 atrativas para nossa população. E, de onde eu tiro isso? Eu tiro isso do seguinte,  
210 se você for no supermercado hoje, ele vai estar aberto até às 20h, alguns até às  
211 22h, e eles estão abertos de domingo a domingo. Os nossos irmãos aqui árabes,  
212 palestinos, que fazem parte da nossa comunidade, se você passar na Loja do 1.99,  
213 você vai ver lá que lá está aberto de domingo a domingo, em todos os feriados. E,  
214 que lição eu tiro disso? Eu tiro a lição de quanto mais dias de faturamento eu tiver,  
215 isso vai me possibilitar uma maior receita e, evidentemente, eu vou ter condição  
216 de ganhar mais. Então, a ideia da criação da feira é aquecer o nosso mercado, é  
217 aquecer o nosso comércio. Para que? Dentro daquela ideia que é preciso criar  
218 canais de comercialização, possibilidades de faturamento. E, é isso que nós  
219 faremos. Então, o texto é muito simples. Na verdade, é um texto de criação de  
220 feira com o poder de regulamentação posterior ficará ao encargo de um conselho  
221 de feiras, que nós também criaremos. Dentro daquela noção que falamos agora a  
222 pouco de que é importante que a comunidade assuma o seu papel, não apenas de  
223 receptora das ações da administração, mas também de interventora dessas ações,  
224 nós estaremos criando o conselho. E, o conselho, composto de representantes de  
225 todos os segmentos, alguns representantes desta Casa e do município, da  
226 administração municipal, é que estabelecerão os pormenores. Então, o que nós  
227 vamos fazer? Criar a feira, estabelecer data, horário, local de funcionamento, o  
228 que mais ou menos poderá ser comercializado e de que forma que será. Assuntos  
229 outros ficarão ao encargo deste conselho e das parcerias com, e em parceria,  
230 melhor dizendo, o Executivo e Legislativo municipal. OK? Certo? Então, reitero  
231 aqui, convido aqui os meus colegas vereadores: Dr. Jaime, Celson, se quiserem  
232 aqui fazer parte da mesa, Jaime, Celson, Pebinha está por aqui, vereador Murilo,

233 devem estar nos gabinetes, aqui o atendimento não para, as pessoas vem e nós  
234 precisamos atendê-las. Mas, convido para fazerem parte da mesa. Convido o  
235 representante da OAB, o André; o coronel Souza, representando a Polícia Militar;  
236 o Jeová, representando o Poder Executivo; o Fabiano, secretário de indústria e  
237 comércio do município. A composição da mesa é um ato formal. Então, é só pra  
238 que tenhamos uma mesa aqui, e vou abrir aqui para que todos falem, e nós  
239 passaremos logo ao texto legal. OK? Fim aqui nesse momento minha fala.  
240 Vereador Nolasco, por gentileza, o nosso caçula da casa. Eu gostaria de convidar  
241 aqui, representando os secretários, o Mauro Piauí, por favor! Senhores, vamos  
242 conceder três minutos para a fala, porque é bastante? Três minutos. E, quem fechar  
243 aí em um ganha um doce. Três minutos, começando daqui para lá. O senhor  
244 Fabiano Dall’Agnol, secretário de indústria e comércio, diz: Boa tarde a todos!  
245 Como o Dr. Joãozinho falou, já foram feitas as reuniões, algumas audiências  
246 públicas, e hoje estamos na reta final para o alinhamento e posterior para  
247 aprovação dessa lei. É de interesse do município que haja inúmeras feiras,  
248 justamente como foi falado aqui, que abre-se novas feiras para que os produtores  
249 possam comercializar sua produção. Mas, é também uma maneira de passar um  
250 pouco dessa responsabilidade para essas associações e entidades que estão  
251 instituídas aí, porque também vocês estão fazendo um compromisso com o  
252 município e com a sociedade de que vocês irão produzir para manter essas feiras  
253 funcionando. Então, existe uma responsabilidade de todos os lados. A secretaria,  
254 ela é de desenvolvimento rural, isso faz parte da nossa secretaria, e tudo que  
255 depender de nós para orientação técnica, juntamente com EMPAER, esse  
256 programa PCI que nós estamos alinhando, conforme o Dr. João falou, tudo isso  
257 irá contribuir num futuro próximo com todos os produtores rurais da região. Muito  
258 obrigado! O vereador Celson Souza diz: Bom, boa tarde a todos! Quero  
259 cumprimentar a todos aqui da mesa, na pessoa do vereador Jaime. Bom, doutor,  
260 como você nos convidou para fazer parte dessa audiência, realmente a nossa feira  
261 de Barra do Garças, infelizmente, ela morreu. E, nós, na qualidade de vereador,  
262 morador aqui de Barra do Garças, temos que fazer algo para que possa voltar a  
263 ser o que era no passado, não é vereador Jaime? E, nós não podemos deixar esses  
264 trabalhadores na mão. Eu quero dizer para vocês que eu, na qualidade de vereador  
265 e cidadão barra-garcense, vou estar aqui firme e forte para que essa feira possa ter  
266 sucesso, e vocês podem contar comigo. Naquilo que precisar, o vereador Celson  
267 está pronto para estar do lado de vocês para que nossa feira possa voltar a ser o  
268 que era no passado, ou até mesmo melhor. Nossos produtores possam estar  
269 vendendo seus produtos. E, com certeza, quem vai estar ganhando com isso é  
270 nossa sociedade de Barra do Garças. Você vê que Aragarças, Pontal, hoje está na  
271 frente com relação à feira aqui de Barra do Garças. Nós estamos perdendo aí para

272 vários municípios. E, eu tenho certeza que unindo forças nós podemos voltar a  
273 fazer nossa feira ser forte, como era no passado. Então, muito obrigado e pode  
274 contar com o vereador Celson que nós vamos estar juntos, viu doutor. Um abraço.  
275 O vereador Jaime Rodrigues diz: Boa tarde a todos! Quero aqui cumprimentar, na  
276 pessoa do coronel Souza, todas as demais autoridades; nosso coordenador do  
277 MLT e todos os integrantes desse lindo movimento, na pessoa do João Batista. Eu  
278 sou um vereador também defensor dos pequenos produtores, da agricultura  
279 familiar, e fico feliz em estar aqui esse dia participando dessa audiência porque  
280 eu acho que realmente por aqui, nessa Casa de Leis, que vai se tomar decisões que  
281 irão beneficiar toda a população de Barra do Garças que gosta de feira e todos os  
282 feirantes, e todos os produtores. Estou à disposição sempre. E, hoje aqui nessa  
283 audiência, que foi abordado vários temas aqui pelo nosso presidente, em seguida  
284 vamos fazer uma sessão, uma sessão extraordinária, com um tema específico que  
285 é a feira livre de Barra do Garças. E, eu já de pronto vou declarar meu voto  
286 favorável à feira livre de Barra do Garças, ali na Avenida Salomé, em frente ao  
287 Nilo. Eu acho o lugar muito apropriado, que teve o grande mentor que foi nosso  
288 prefeito municipal. Ele que é o idealizador, que foi o idealizador dessa feira  
289 naquele lugar, vai dar todo respaldo, eu acredito nisso, e a câmara municipal  
290 também. Muito obrigado a todos. O vereador Dr. Neto diz: Boa tarde a todos! Boa  
291 tarde presidente Joãozinho, em seu nome cumprimento os demais vereadores.  
292 Uma boa tarde também para o comandante Souza; o André que representa a OAB;  
293 para o MLT, o Marcão aqui presente da HORTIAGRO, representando todas as  
294 classes que representam bem essa agricultura familiar; o pessoal da vigilância  
295 sanitária; os secretários do município. Sejam todos bem-vindos! Realmente é  
296 importante essa audiência pública. A questão de feira é uma questão latente no  
297 nosso município. Nós vereadores somos muito cobrados quanto à questão da feira.  
298 Aprovamos leis aqui, como o SIM, por exemplo, várias leis, criamos fundo para  
299 ajudar a essa vertente. Uma vertente que nós temos que despertar. É uma cadeia  
300 complexa, parece que é simples, mas não é, tem a produção, tem o transporte, tem  
301 a venda, tem a comercialização do produto. E, eu tenho certeza que a união de  
302 todos vai dar muito certo. Nós somos uma cidade relativamente média e temos  
303 poucos lugares para vender seus produtos. Nós temos a feira lá que vai continuar.  
304 Eu acho que até lá também, aquele espaço pode ser utilizado em outros dias, não  
305 somente no domingo. Está o pessoal do artesanato aqui que vai fazer parte disso,  
306 que não tem lugar para expor seus produtos. Eu tenho certeza que essa discussão  
307 aqui, esse projeto vai ser um projeto que o prefeito vai sancionar mais rapidamente  
308 possível, e todos só tem a ganhar com isso. E, conte com a câmara de vereadores  
309 para essas ações. Muito obrigado e uma boa tarde a todos. O vereador Pebinha  
310 diz: Boa tarde a todos! Em nome do presidente Joãozinho, quero cumprimentar



311 todos os vereadores; em nome da Vanessa, quero cumprimentar todos os  
312 secretários aqui presentes; e a comunidade aqui presente. Eu quero parabenizar  
313 vocês, a organização do MLT, das classes, porque essa feira nossa aqui vai ser  
314 realidade. Nós estamos cansados de atravessar Aragarças para comprar lá. Não  
315 pode nem tomar uma cervejinha porquê de lá para cá tem uma blitz da polícia  
316 federal, uma blitz da polícia militar, não é comandante? Não pode nem tomar uma  
317 lá tranquilo, não é. Levar a família para tomar uma lá não pode. Agora nós vamos  
318 ter uma aqui pertinho de nós em Barra do Garças, e estou rezando que seja  
319 realidade mesmo essa feira, e o Roberto Farias já falou que vai dar todo o apoio  
320 necessário para que essa feira se concretize em Barra do Garças. E, depois aqui  
321 da nossa audiência pública, nós temos uma sessão extraordinária que vamos votar  
322 todos os projetos que estão aqui referente à feira. E, graças a Deus, vai dar tudo  
323 certo. Muito obrigado. O vereador Gustavo Nolasco diz: Boa tarde! Não, muito  
324 baixo. Boa tarde! Agradecer primeiramente a Deus por estarmos aqui hoje, que é  
325 um momento histórico para Barra do Garças. A gente está revivendo a feira, a  
326 feira livre. Infelizmente, a gente perdeu isso nos últimos anos, mas, com certeza,  
327 vocês tem aqui quinze vereadores que estão trabalhando diuturnamente para  
328 revertermos essa situação, e no futuro a gente ter uma feira maravilhosa para gente  
329 estar frequentando, está comprando produto de qualidade. E, quero parabenizar  
330 ao Dr. Joãozinho, que vem conduzindo isso aqui, trouxe esse assunto para  
331 discussão na câmara e nós estamos dando todo respaldo, e vocês podem contar  
332 conosco. E, nós também vamos estar trabalhando e apoiando desde a produção lá  
333 no campo até a venda aqui na cidade. Temos projetos, estamos criando estrutura  
334 para levar uma melhor mão-de-obra para vocês, para vocês estarem produzindo  
335 produtos de mais qualidade. Enfim, não quero aqui me alongar. E, só desejo que  
336 daqui uns dias nós estamos lá comendo um pastel e tomando uma garapa na feira.  
337 Muito obrigado e fiquem todos com Deus. O senhor Jeová diz: Pessoal, boa noite!  
338 Em nome do nosso presidente, eu cumprimento todas as autoridades da mesa.  
339 Pessoal, saúde pública é uma responsabilidade do Poder Executivo. E, o Poder  
340 Executivo da nossa cidade, sempre quando cobrado, ele se manifestou. Quando o  
341 ministério público cobrou em tempos passados, ele veio a público e criou a lei de  
342 inspeção municipal, que é a lei que regulamenta a inspeção de todos os produtos  
343 industrializados de origem animal no nosso município. Novamente o ministério  
344 público manifestou cobrando leis, e ele novamente a respeito da feira manifestou  
345 e pediu para nossa secretaria que o atendesse ele com uma lei que viesse a  
346 fiscalizar os produtos de feira, porque os produtos não poderiam ser vendidos  
347 porque não tinha uma legislação que o fiscalizasse, portanto, não poderiam ser  
348 vendidos. O prefeito em si pediu que a gente fizesse essa legislação, que é a lei do  
349 Selo Arte, criamos a legislação, ele já sancionou e já foi divulgada no diário

350 oficial. Daqui uns quatorze, quinze dias nós estaremos com a regulamentação da  
351 lei pronta. Aí sim nós temos uma legislação que regulamenta a inspeção de  
352 produtos de feira. Essa regulamentação não é uma regulamentação que vem  
353 afrouxar a fiscalização. Não. É uma regulamentação que nos colocam como  
354 fiscais para fiscalizar os produtos, porque eles não eram fiscalizados. Agora eles  
355 vão ser fiscalizados porque temos uma norma, uma lei. Com essa legislação vai  
356 atender ao anseio da feira, ao anseio de quem produz o produto artesanal lá na  
357 roça, na fazenda. Nós vamos em si liberar o produto fiscalizado dentro da norma  
358 mínima, que nós estabelecemos, para que ele possa ser vendido em todo o  
359 comércio de Barra do Garças. Essa é a resposta em que o prefeito se manifestou  
360 recentemente a respeito do ministério público, que proibiu a comercialização de  
361 produtos na feira não porque o ministério quisesse proibir em si, é porque não  
362 estava sendo fiscalizado. Agora, sim, nós vamos fiscalizar e quem estiver disposto  
363 a adequar as suas estruturas ao mínimo possível, vai poder vender seus produtos,  
364 lógico. Portanto, a feira só tem a ganhar. Nós sabemos que o produtor também só  
365 tem a ganhar com essa feira, e nós somos sim a favor. Nós, como técnicos da  
366 secretaria de indústria e comércio, estamos à disposição não só do prefeito para  
367 suprir a necessidade dele com o que ele precisar em termos de legislação, mas  
368 também como orientação técnica para todos aqueles que estão dispostos a  
369 produzir um produto seguro, um produto com menos risco para a saúde da nossa  
370 população. E, essa é a mensagem da nossa secretaria, do serviço de inspeção  
371 municipal, e, falando em nome da Vanessa da vigilância sanitária, também é a  
372 missão dela fiscalizar junto conosco esses produtos para o bem da nossa  
373 sociedade, para a segurança da saúde do nosso povo. Pessoal, muito obrigado. É  
374 o que a gente tinha a dizer para vocês. Um participante, que não se identificou,  
375 diz: Boa tarde a todos! Primeiramente queria cumprimentar o Joãozinho, o  
376 presidente aqui dessa Casa de Leis, aonde em nome dele eu parabeno todos os  
377 vereadores aqui presentes por esse projeto de lei, porque é igual eu estava  
378 conversando com minha comandante adjunta, a responsabilidade da Polícia  
379 Militar estar nesses eventos, porque aqui é um projeto para toda a sociedade, e  
380 nós fazemos parte dessa sociedade aqui de Barra do Garças. Não tenho nada a  
381 acrescentar porque aqui nós estamos mais representando o Estado de Mato  
382 Grosso, a Polícia Militar. Qual que é o papel nosso? Servir e proteger. Igual falou  
383 o nobre vereador, nós muitas das vezes estamos também para ouvir, e  
384 principalmente esse projeto maravilhoso que está beneficiando a todos pequenos  
385 produtores rurais. Nós verificamos aqui que vai abranger, e principalmente toda a  
386 sociedade que ter um produto de qualidade através do selo. E, também como  
387 cidadão aqui de Barra do Garças, nós também maravilhoso estar nos domingos,  
388 nas sextas-feiras. No dia que for aprovado o projeto também participando com

389 toda a sociedade. E, se precisar da Polícia Militar, vinte e quatro horas pronta para  
390 atender a todos os senhores e senhoras. A todos, meu muito obrigado. Um  
391 participante, que não se identificou, diz: Boa tarde a todos! Cumprimento à mesa  
392 aqui na pessoa do meu professor, vereador Cleber, e a todos que compõem a  
393 assistência na pessoa do Dr. Gabriel. Inicialmente quero dizer que é uma iniciativa  
394 extremamente salutar dessa Casa de Leis, porque já não é de hoje, vereador João,  
395 que os trabalhadores de Barra do Garças vem sofrendo com situações como essa.  
396 Cito um exemplo há um ano atrás, uma empresa que trabalhava com a venda de  
397 açaí teve um problema muito sério, problema esse que só foi resolvido a partir do  
398 momento que... O vereador Neto foi um dos que encabeçou e auxiliou o pessoal  
399 daquela empresa, do qual eu prestava assessoria jurídica. E, eu digo, presidente,  
400 que não é só a feira livre. Nós temos vários outros problemas. Mas, como diz, é  
401 uma escada, é um caminho longo a ser construído. Não há como resolver tudo de  
402 uma tacada só. Eu moro próximo a feira livre ali e outro dia conversando com  
403 minha sogra, que vai a feira todos os domingos, ela falou assim, cheguei no  
404 domingo, falei: sogra, a senhora não comprou o limão hoje? Ela falou: não, porque  
405 na feira não tem mais nada, na feira você não pode comprar nada. Aí eu falei:  
406 calma, sogra, é só sim ou não. E, aí foi quase duas horas escutando ela falar que  
407 não tem isso, não tem aquilo. E, eu, como filho de Barra do Garças, nasci e cresci  
408 aqui, fui policial militar por doze anos, e vejo que essa iniciativa merece o apoio  
409 de todas as entidades representativas. A OAB estará sempre presente, será sempre  
410 participativa quando chamada for. E, quero dizer a essa Casa de Leis que já lanço  
411 aqui um outro problema que nós temos aqui na nossa cidade. No final de semana,  
412 eu procurei um carneiro para comprar, e fui em todos os açougues de Barra do  
413 Garças, e eu ouvi assim: a vigilância sanitária não deixa vender. Estou  
414 reproduzindo, não estou acusando a vigilância sanitária. Mas, eu estou dizendo  
415 isso porquê? Porque isso também é um problema. Porque nós temos pessoas que  
416 criam, como o senhor mencionou, a galinha, o frango, o porco, o próprio peixe,  
417 também o carneiro. E, para que eu vou criar, se eu não posso vender, se eu não  
418 posso levar lá na feira livre, na sexta-feira à noite, uma paleta do carneiro, uma  
419 costela do carneiro para eu vender? Então, são problemas que devem ser trazidos  
420 para a sociedade de uma forma muito ampla. Concordo com o que o colega disse  
421 aqui, que vender produtos in natura é uma questão de saúde pública. Mas, eu  
422 desafio aqui. Acho que todos nós que estamos aqui fomos criados tomando leite  
423 in natura, todos nós aqui fomos criados comendo o queijo in natura, não é? Não  
424 quer dizer isso que eu possa autorizar ou permitir uma venda desmedida, sem  
425 qualquer tipo de fiscalização. Em nome da OAB Barra do Garças e em nome da  
426 OAB Mato Grosso, eu parablenizo essa Casa de Leis em nome do meu colega, o  
427 advogado Dr. João. E, digo mais uma vez que estamos à disposição, e vamos

428 acompanhar aí, e o que precisar nós estamos lá para atender, não só essa Casa de  
429 Leis, como toda a sociedade. Muito obrigado! O vereador Dr. Cleber diz: Boa  
430 tarde! Desculpe pelo atraso, estava lá no Nova Barra vendo outra questão. Mas,  
431 feira é na rua, não é. Eu fui criado. Domingo agora eu estava em Uberaba. Eu tive  
432 que ir lá por causa de um problema familiar com meu sogro, e tive que ir a  
433 Uberaba, e domingo fui à feira comer um pastel e tomar um caldo de cana na feira,  
434 que, inclusive, é próximo à casa da minha sogra também. Então, feira é na rua. A  
435 feira tem que ser na rua. A feira tem que voltar para a rua. Acredito que tenha que  
436 ter uma feira na rua. Barra do Garças já merece um outro dia de feira. É o que os  
437 meus colegas, que me antecederam, disseram. Nós não estamos terminando,  
438 acabando com a Feira Coberta. Inclusive, eu estive em Cuiabá visitando a feira  
439 coberta lá do Porto, e trouxe a proposta, falei até com o vereador Neto. A gente  
440 estava conversando que Cuiabá tem a feira do Porto que já tem mais de cento e  
441 vinte e cinco anos que ela está lá. Eu conversei com os feirantes. E, talvez seja  
442 uma saída para aquela Feira Coberta, talvez construir ali um mercado municipal,  
443 e que nós tenhamos ali as bancas, as pessoas permanentes ali. É uma ideia para  
444 futuro, quem sabe nós não possamos aqui um dia votar, o próximo prefeito,  
445 acredito que Roberto Farias não vai conseguir fazer pelo estreitamento do  
446 mandato, nós temos mais um ano de mandato. Mas, que os próximos gestores  
447 possam pensar nisso, transformar a Feira Coberta em um mercado municipal de  
448 Barra do Garças. E, nós continuarmos com a feira na rua. É uma saída para que  
449 os pequenos produtores possam expor seus produtos. O selo agora veio, votado  
450 nessa Casa de Leis o selo, e que vai facilitar muito esse comércio. E, nós estamos  
451 aí para somar, para ajudar, e ver que a agricultura familiar é uma saída para Barra  
452 do Garças, para vocês pequenos produtores, e que a gente possa ter uma feira  
453 bonita e agradável. E, evidentemente, também respeitando as questões que o  
454 veterinário, chefe da vigilância sanitária, Dr. Jeová, disse. Existem leis. Essas leis  
455 tem que ser seguidas. E, nós vamos tentar fazer o máximo possível para que não  
456 sejamos mais ade molestados por quem quer que seja, na questão de fiscalização  
457 sanitária. Que tenhamos todos a fiscalização sanitária. Que tenhamos os nossos  
458 produtos já aptos a serem comercializados na feira livre, como é o que se busca a  
459 vigilância sanitária. Inclusive, quero dar os parabéns a você Jeová, ao secretário  
460 Fabiano, que vem lutando, ao Bispo, que não sei se ainda está lá, mas nos deixou,  
461 aposentou, que sempre vem lutando para manter essa feira do jeito que deve ser,  
462 tentando atender aos auspícios que o ministério público vem buscando, que é nada  
463 mais que a fiscalização de uma lei. E, que nós vamos romper isso aí e que num  
464 futuro muito breve vamos ter essa feira na rua, pujante, com muita fartura, com  
465 muita fartura também no bolso de cada um de vocês. Parabéns para vocês.  
466 Parabéns ao Dr. João por essa iniciativa, a essa Casa de Leis, e parabéns a todos

467 pela presença aqui. O meu muito obrigado e sejam bem-vindos a esta Casa. O  
468 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Em nome do princípio da  
469 isonomia, convido meu colega, vereador Garrincha, para vir aqui fazer o uso da  
470 fala. Por favor! Você que é um homem tão do povo, que é quem melhor sabe falar  
471 ao coração do povo. O vereador Garrincha dos Animais diz: Estava tão bem ali.  
472 Você viu, peguei logo o lado da coronel ali. Falei: estou tranquilo aqui, estou  
473 seguro. Gente, eu estou muito feliz com todos porque estamos criando uma coisa  
474 que acho que vai, igual o Cleber falou, cento e vinte e anos aí, que essa feira vai  
475 vir para ficar. Eu só tenho mesmo a agradecer. Parabéns ao senhor pela iniciativa  
476 da audiência. Agradeço a todos os presentes, por vocês terem vindo, porque não  
477 é fácil fazer audiência pública porque o pessoal não vem. E, dessa vez Casa cheia,  
478 saindo com o pé direito. Já é o sucesso da feira, viu presidente. Já é sinal que nós  
479 estamos bem na frente. Parabéns a todos e vamos lá. O que der e vier, estamos  
480 juntos. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Encerradas aqui a  
481 fala da mesa, agora nós já vamos diretamente para a questão do texto. Vou pedir  
482 autorização, se vossas excelências quiserem permanecer. Eu vou pedir  
483 autorização da assembleia e vou deixar a critério das autoridades que se fazem  
484 aqui presentes, a gente sabe dos compromissos de cada um, sabe que as vezes não  
485 dá. Nós nos sentiremos honrado, se vossas excelências aqui permanecerem.  
486 Porém, nós sabemos que as instituições, as vezes, requerem a presença de vocês.  
487 Fiquem à vontade caso queiram permanecer. Mas, em nome da assembleia, digo  
488 que nós entenderemos se houver a necessidade de qualquer uma das autoridades  
489 aqui presentes se retirar. OK? Pois bem. Aquilo que a gente havia combinado,  
490 esse texto que está ali construído é o resultado das duas reuniões que nós tivemos.  
491 E, esse texto foi construído então a partir da opinião de todos os representantes.  
492 Era uma mini assembleia. E, agora nós faremos, assim como fizemos nos outros  
493 momentos de deliberação, nós faremos em forma de assembleia. Nós vamos ler o  
494 texto. E, aí depois de lido, vamos apresentar. Se a maioria disser que está legal, é  
495 esse o texto pronto, é essa a proposta que será apresentada. OK? Por respeito as  
496 instituições, é preciso que a gente saiba, depois de tudo isso, nós faremos uma  
497 sessão, porque a assembleia não tem o poder de deliberar do texto final. Esse  
498 poder pertence a Casa de Leis, e ele é... Eu não posso derrogar, eu não posso  
499 outorgar a outro essa capacidade ou essa legitimidade. Essa legitimidade pertence,  
500 com exclusividade, aos membros do Poder Legislativo. Quase certeza, se aprovará  
501 o texto final apresentado pela assembleia. Porém, se daqui a pouco, na sessão  
502 extraordinária, houver alguma mudança, entendam. Isso faz parte da regra do  
503 jogo. OK? Então, vamos lá. O projeto de lei não tem número ainda. Será feito pela  
504 secretaria da Casa. Dispõe sobre a criação e normatização da feira livre de Barra  
505 do Garças, denominada Feira da Agricultura Familiar de Barra do Garças, e dá

506 outras providências. Artigo primeiro. Vamos votando artigo por artigo, beleza?  
507 Então, vamos lá. A feira livre de Barra do Garças, denominada Feira da  
508 Agricultura Familiar de Barra do Garças, funcionará às sextas-feiras, no horário  
509 das dezessete às vinte e três horas, na Avenida Salomé Rodrigues, no trecho  
510 compreendido entre a Rua XV de Novembro e a Rua Dom Aquino, no sentido  
511 Porto do Baé/Gabriel Ferreira. Só para nos situarmos, é ali do posto, daquele posto  
512 ali na Salomé, Posto Milenium, até lá naquela rua anterior ao Supermercado Nilo,  
513 a Gabriel Ferreira. A Dom Aquino é aquela que desce. Por que essa opção?  
514 Lembrando que lá nós temos um posto policial, que, as vezes, há um chamamento  
515 e o policial precisa ser chamado e sair para atender uma ocorrência e tal. Então,  
516 dessa forma, nós poderemos trabalhar ali respeitando o espaço reservado a Polícia  
517 Militar. Essa é a ideia de porque ali. O horário das dezessete às vinte e três.  
518 Dezessete horas porque a gente está trabalhando com a ideia de que uma parte do  
519 público da nossa feira serão os próprios comerciantes, as pessoas que trabalham  
520 no comércio, e os comerciantes do município, que vão sair dali sexta-feira e vão  
521 passar na feira, comprar o frango, o queijo, tomar uma cerveja, comer um pastel,  
522 comprar o artesanato, enfim. Então, essa é a ideia. OK? Então, essa é a redação.  
523 O trecho mencionado no caput será interdito para funcionamento da feira a  
524 partir das treze até as vinte e quatro horas. Quer dizer assim, isso é sugestão dos  
525 representantes das associações, vai fechar a hora para dar tempo de arrumar as  
526 barracas, colocar tudo no seu devido lugar. E, aí as dezessete, ela começa a  
527 funcionar. E, vai ficar fechado até as vinte e quatro horas. É uma hora pra gente  
528 recolher aquilo ali. Não sei se ela funcionará até as vinte e três. Se tiver público,  
529 com certeza. Mas, a ideia é essa. OK? Então, submeto a assembleia a redação do  
530 artigo primeiro e seu parágrafo único, a assembleia. Todos estão de acordo?  
531 Alguém tem alguma objeção? Então, aprovado pela assembleia o texto do artigo  
532 primeiro do projeto de lei de criação da feira. Artigo segundo: a Feira da  
533 Agricultura Familiar de Barra do Garças destina-se a venda exclusivamente a  
534 varejo de alimentos in natura, produtos oriundos de estabelecimentos comerciais,  
535 industriais e da agricultura familiar, produtos artesanais e outros admitidos pelo  
536 conselho das feiras. OK? Pode vender quase tudo. É quase que uma música do  
537 Luiz Gonzaga: “na feira de Caruaru”. Então, essa é a redação ali do artigo  
538 primeiro. Submeto a assembleia o artigo segundo da lei de criação da feira.  
539 Aprovado? OK? Então, vamos descer. Gente, se você tiver uma objeção, não tem  
540 problema, pode falar. E, a gente submete a objeção à aprovação e daí delibera.  
541 Pois não! Como nós estamos numa audiência pública e estar tudo gravado, e nós  
542 vamos produzir uma ata, eu solicito que quando for falar identifique-se, diga: eu  
543 sou fulano, para que na hora da ata a moça possa fazer a inclusão lá. Pois não! O  
544 senhor Job Alves diz: Eu sou o Job Alves, representante da Associação dos

545 Pequenos Produtores lá do Vale dos Sonhos. Me ausentei nessa reunião, cheguei  
546 atrasado porque não fui convidado, de proposito me botaram para escanteio. Ele  
547 criou um grupo, não me colocaram dentro do grupo. E, eu perguntei a ela quando  
548 seria a reunião, não me comunicou. Aí, alguém me passou e eu vim para cá. Oh,  
549 João, essa feira da agricultura familiar, mas lá não é para cobrir tudo, inclusive os  
550 não da agricultura familiar? O artesanato. Mas, o nome dela lá. Vai ser assim  
551 como ela vai ser conhecida? Para mim é excelente. Mas, tem outros segmentos  
552 fora da agricultura familiar que também vão participar do espaço. O vereador Dr.  
553 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Volta lá na cabeça, doutor. O que o Job está  
554 dizendo é assim, ele está falando sobre o nome da feira. Então, é aquilo que eu  
555 disse, o nome foi objeto da deliberação do grupo. Mas, já naquele dia nós  
556 dissemos: olha, o que a gente está decidindo aqui não é definitivo, nós precisamos  
557 apresentar a assembleia. O Job está dizendo que ele entende que há necessidade  
558 de alterarmos ali o nome da feira. É isso Job? O nome da feira de feira da  
559 agricultura familiar de Barra do Garças para que pudesse abranger outros  
560 segmentos. Vai fazer? Então, a proporção rejeitada ou aprovada, e, se aprovada,  
561 nós vamos sugerir um nome. O que nós vamos fazer? Quem aprova? Quem  
562 concorda que o nome seja aquele? Levanta a mão, por favor! Então, pronto. Por  
563 maioria será mantido o nome que está posto. Beleza. Artigo terceiro: os produtos  
564 de origem animal e vegetal estão sujeitos a licença sanitária, deverão estar  
565 registrados na secretaria municipal do órgão competente do município de Barra  
566 do Garças, e atender as exigências do selo criado pela lei municipal, aí nós vamos  
567 acrescer lá a lei que criou o Selo Arte, para serem expostos a venda. Os produtos  
568 de origem animal e vegetal sujeitos a licença sanitária, deverão estar registrados  
569 na secretaria municipal competente do município de Barra do Garças, e atender  
570 as exigências do selo criado pela lei municipal para serem expostos a venda.  
571 Quem entendeu? Talvez a gente tenha a seguinte pergunta ou vamos a resposta:  
572 são só os produtos sujeitos a vigilância sanitária. Minha amiga vende pano de  
573 prato bordado, precisa registrar? Não. São só os produtos sujeitos a vigilância  
574 sanitária. OK? Pois não, Bem-te-vi. Essa é uma assembleia multifacial, até os  
575 bem-te-vi aqui vem. O senhor Bem-te-vi diz: Parabéns porque deram espaço pra  
576 mim. Quando você fala dos produtos, você está falando desse selo que vai ser  
577 criado. Quem produz o frango, vai ter um selo pra ele? O vereador Dr. Joãozinho,  
578 presidente da câmara, diz: Aham! O senhor Bem-te-vi diz: Agora, eu, enquanto  
579 raizeiro, já tenho passado por dificuldades nos mercados, onde a minha produção  
580 de chás não pode ser vendido na farmácia, no mercado e na feira. E, vai ter alguma  
581 coisa pra mim nesse caso? O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz:  
582 Jeová, você é o habilitado a responder esse questionamento. Ele disse assim, tudo  
583 bem, ali está falando dos produtos que há exigência da vigilância sanitária. Ele

584 está dizendo assim: eu comercializo alguns chás, há possibilidade dos meus  
585 produtos serem contemplados com essa legislação? O senhor Bem-te-vi diz: Com  
586 esse selo? O senhor Jeová diz: Pela legislação do Selo Arte não, porque o Selo  
587 Arte é para produtos de origem animal, para produtos alimentícios. Você vai ser  
588 submetido a inspeção, fiscalização da ANVISA através da vigilância sanitária.  
589 Todo aquele requisito que a vigilância sanitária está apresentando para você, você  
590 vai ser aprovado, os produtos que você vende, pela vigilância sanitária via  
591 ANVISA, porque são produtos que já diz respeito à saúde, alguma coisa nesse  
592 sentido assim. Lei do Selo Arte, Lei do Serviço de Inspeção é para produtos de  
593 origem animal e vegetal, alimentício, in natura. O senhor Bem-te-vi diz: Mas, com  
594 isso eu vou estar excluído do mercado? O senhor Jeová diz: Não, basta que você  
595 preencha as necessidades cobradas pela vigilância sanitária e tenho o seu  
596 certificado de vigilância sanitária. O senhor Bem-te-vi diz: OK. O vereador Dr.  
597 Joãozinho, presidente da câmara, diz: OK? Parágrafo único: dispensa-se das  
598 exigências do caput, caso o produto seja cadastrado no SIM municipal. O quê que  
599 é isso? Algumas empresas ou pessoas, que é o caso do Job, por exemplo, ele já  
600 tem o SIM, ele já atende aquelas exigências sanitárias, até os açougues também  
601 do município, bela lembrança, eles atendem aquelas exigências. Então, quem  
602 atendeu aquelas exigências estará dispensado daquele registro lá porque, na  
603 verdade, ele já estará registrado. É isso que está dizendo. OK? Então, submeto a  
604 plenária o artigo terceiro da lei que disciplina a criação das feiras do município.  
605 Aprovado a redação? OK? Beleza. Agora o artigo quarto. Isso aqui deu pano pra  
606 manga aquele dia. Vamos lá. Os produtos de outros municípios deverão submeter-  
607 se a certificação sanitária nos mesmos moldes do caput do artigo terceiro,  
608 exigindo-se as mesmas condições sanitárias dos produtos comercializados pelos  
609 feirantes de Barra do Garças. A ideia do artigo é dizer assim, se nós submetermos  
610 o nosso pequeno produtor e nosso feirante a exigências mínimas, não seria justo  
611 que nós autorizássemos que pequenos produtores de outras regiões, de outras  
612 cidades, de outros municípios, viesse aqui e, sem nenhuma exigência,  
613 concorressem com os nossos produtores locais e com os nossos feirantes. Na  
614 verdade, é um bairrismo que está na lei, mas salutar porque cada município tem  
615 que estabelecer formas de proteção do seu pequeno produtor, seu comerciante.  
616 Então, a ideia do artigo é essa, que esses produtores que quiserem vender, a gente  
617 lá na frente vai dizer alguma coisa assim, eles terão que atender as mesmas  
618 exigências sanitárias que o nosso município. Certo? O cara não pode vir lá de  
619 Torixoréu, trazer o frango na caixa de isopor e falar que vai colocar na feira, sem  
620 nenhum tipo de certificação, porque daí seria uma concorrência desleal com os  
621 nossos. Essa é a ideia. Pois não, Jeová. O senhor Jeová diz: É o seguinte, qualquer  
622 produto de origem animal deve ser fiscalizado em seu município. Qualquer que



623 seja a instituição de fiscalização, seja o selo, seja o SIM, não podemos fiscalizar  
624 em outro município que não o nosso. Conseqüentemente, nós estaríamos  
625 proibidos, nós e a vigilância sanitária, de fazer a fiscalização sob produtos do  
626 Pontal, Torixoréu, desde que tivesse um termo de cooperação ou SUSAF. O  
627 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Isso que vai dizer lá embaixo.  
628 O senhor Jeová diz: Se tiver alinhado com o SUSAF, podemos. É aprovado pelo  
629 Estado. Tudo bem. Mas, se não for alinhado com o SUSAF, nós não podemos  
630 fiscalizar esse estabelecimento lá, e nem a vigilância sanitária também poderia ir  
631 conosco. Então, a lei do Selo Arte e a lei do SIM nula. Não serviria. O vereador  
632 Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Exatamente. Isso vai ser dito lá  
633 embaixo. Nós temos as questões das circunscrições. A Andreia, o Souza, eles  
634 respondem por uma determinada área. Nessa área, eles tem competência para  
635 decidir, distribuir funções, exigir subordinação e outras coisas mais. Mas, é dentro  
636 dessa área delimitada. Também ali nós temos essa questão. A ideia é justamente  
637 essa, e vai ser dito lá embaixo, que quem quiser vender aqui vai ter que pressionar  
638 o seu município para que venha até nós fazer convênio sim. A ideia é que não  
639 vamos arredar de uma proteção mínima ou de igualdade de condições para o nosso  
640 pequeno produtor. Essa é a ideia. Submeto então a assembleia a redação do artigo  
641 quarto. Ah, temos um parágrafo único: o órgão encarregado de certificar a  
642 adequação, oriundo de outros municípios, é a vigilância sanitária. OK? Beleza?  
643 De Barra do Garças. A gente vai estabelecer lá embaixo que vai ter que ter  
644 convênio. O município que o sujeito quiser vai ter que se organizar minimamente.  
645 Nós não vamos lá fiscalizar. Não. Nós vamos ter um convênio para dizer assim:  
646 a exigência mínima aqui é essa. Se vocês quiserem exigir mais, mas pelo menos  
647 essas a gente precisa que se faça. O produto... Isso pode ser disciplinado,  
648 inclusive... Isso, retirado. É o que o Jeová está dizendo. Não tem, o produto vai  
649 ser retirado, recolhido. Pois não! Por favor, o microfone lá para a nossa  
650 coordenadora da vigilância. A senhora Vanessa diz: Boa tarde a todos! Meu nome  
651 é Vanessa, coordenadora da vigilância sanitária do município de Barra do Garças.  
652 Esse parágrafo único poderia ser modificado a sua redação. Conforme nós  
653 estávamos conversando assim, o órgão encarregado somente para verificar o  
654 certificado. Poderia estar colocando que o órgão encarregado para verificar se está  
655 apto ou não para as vendas no município de Barra do Garças, era melhor. Por que?  
656 A gente não pode ir no local em outros municípios pra gente comprovar se houve  
657 ou não as adequações, conforme nossa legislação. O vereador Dr. Joãozinho,  
658 presidente da câmara, diz: Eu vou dar a resposta aqui. Existem alguns atributos  
659 das administrações. Um dos atributos da administração pública é que você  
660 reconhece aquela situação da fé pública do tabelião. É que você reconhece  
661 legalidade, em princípio você reconhece legalidade e legitimidade nos atos da

662 administração. É isso que o Jeová já disse. Nós não iremos até lá. Nós  
663 estabeleceremos convênios onde, através do convênio, nós vamos repassar a esse  
664 município o nível de exigência dos produtos. E, aí, e a ideia é essa, se a vigilância  
665 sanitária de lá fizer um certificado, uma declaração dizendo que o produto se  
666 submete as condições sanitárias, nós, enquanto administração, não  
667 questionaremos isso. Ele tem que trazer e apresentar para você. Você chegar lá na  
668 feira e falar: querido, deixa eu ver o seu produto. Está aqui. Ah, que beleza. Você  
669 tem o certificado lá de Bom Jardim de Goiás? Tenho, está aqui. Ah, tem um  
670 convênio lá, beleza, está atendida a exigência porque eu presumo legal e legítima  
671 a atuação da administração de lá. Essa é a ideia. OK? A senha Vanessa diz: Só o  
672 texto, mudando o certificar para... O vereador Dr. Joãozinho, presidente da  
673 câmara, diz: Certificar. Ah, entendi. O órgão encarregado de certificar, não. A  
674 senhora Vanessa diz: Fiscalizar, confirmar. O vereador Dr. Joãozinho, presidente  
675 da câmara, diz: Fiscalizar a adequação, perfeito. Obrigado, querida. OK?  
676 Entendido? Ela está dizendo assim, o certificado, a certificação. Realmente  
677 precisa usar as expressões adequadas, a expressão técnica, a terminologia técnica.  
678 Então é isso. Gente, vamos fazer um exercício porque a gente vai precisar fazer  
679 uma ata, não esqueçam. O senhor Marcão diz: Boa tarde a todos e a todas! Eu sou  
680 o Marcão da HORTIAGRO. E, eu gostaria de deixar um parágrafo naquele artigo  
681 quarto. Nós temos umas condições aí de preços abusivos a ser cobrados na feira  
682 livre. Eu sei que ali não temo como ser virado lei, mas eu acho que poderia ponhar  
683 uns asteriscos ali, porque definitivamente tira o atravessador da feira e sim os  
684 produtores a ser comercializados. E, hoje entregamos no Y e passa um X. então,  
685 está inviável nós criarmos a feira e continuar cobrando preços abusivos, acima  
686 dos mercados. Tipo assim: hoje eu entrego meu pacote de alface a dois e  
687 cinquenta, o pessoal repassa a cinco reais na feira. Então, nós mesmos estamos  
688 enforcando as nossas queridas feiras. Mas, eu sei que ali não temos lei para  
689 mandarmos em preço, mas sim criar um asterisco aqui nessa linda plateia, que nós  
690 temos o orgulho em fazer parte dessa feira livre no município de Barra do Garças.  
691 Boa tarde a todos. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Eu  
692 entendo a preocupação do Marcos. Mas, devo dizer que infelizmente, acho que é  
693 o artigo setenta da Constituição Federal, que fala sobre o papel do Estado e a  
694 intervenção do Estado na economia. Esse tipo de intervenção não é dado ao  
695 Estado fazer. O Estado não pode intervir na economia para determinar preço. O  
696 preço é o resultado das múltiplas facetas daquela apte de comercializar. Então  
697 assim, o Estado, salvo alguns produtos tabelados por interesse nacional, mas ao  
698 Estado não compete. Para você ver, gasolina. Está tabelada? Não está. Gás de  
699 cozinha está tabelado? Não está. Justamente porque é vedado, é proibido ao  
700 Estado, enquanto administração, regulamentar essas questões. Essas questões tem

701 que ser o resultado da interação entre o produtor e o comerciante. Eu entendo, mas  
702 não comportaria a um texto legal. Nós não temos legitimidade para fazer esse tipo  
703 de criação da lei. Nós, legisladores, estamos submetidos a uma lei maior, que é a  
704 Constituição Federal em nível federal e a Constituição do Estado em nível  
705 estadual, e outras leis federais. Então, o nosso campo de atuação também é  
706 restrito. Nós não podemos ir além, e é a própria Constituição quem estabelece  
707 essas competências legislativas. OK? Então, infelizmente, Marcos, essa aí não  
708 teria como. Então, submeto a plenária o artigo quarto e seu parágrafo único. Pois  
709 não, Gilson. O senhor Gilson diz: Meu nome é Gilson, representante dos pequenos  
710 produtores. Teríamos que criar um mecanismo em questão de produtos de trânsito  
711 livres porque na legislação animal é muito complexo, então existe vários  
712 segmentos de fiscalização. Agora no trânsito livre, meu caso, eu tenho um  
713 investimento para iniciar colheita com dez anos, sendo um plantio de pequi em  
714 escala e um plantio muito grande aqui na região. De agora pra frente, a gente tem  
715 uma concorrência desleal, que é praticamente um terrão de pequi na região, a  
716 gente tem que competir com preços fora de padrão. Então, isso não é só meu caso.  
717 É um cara que produz o alface, a couve. Os produtos de trânsito livre na nossa  
718 região aqui é derramado de qualquer forma, não tem uma fiscalização, não tem  
719 uma barreira sanitária. Então, já que está criando uma feira nova, nós tínhamos  
720 que criar algum mecanismo ali, uma diferença de depreciação ou alguma coisa  
721 possível nesse assunto. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz:  
722 Jeová. O senhor Jeová diz: Jeová, coordenador do serviço de inspeção. Oh,  
723 Gilson, é o seguinte, os produtos de origem animal é obrigatório a fiscalização e  
724 a inspeção dele prévia, todo produto de origem animal. Mas, os produtos de  
725 origem vegetal ou os produtos naturais, eles não são obrigatórios passar pela  
726 inspeção do Serviço de Inspeção. Portanto, é livre. A pessoa, é facultativo a ele  
727 registrar o produto dele ou não. Agora, o que acontece é que hoje os  
728 supermercados não querem comprar um produto sem o registro, sem ter passado  
729 por uma fiscalização. Então, quem achar por bem, vai lá e registra seu produto, e  
730 coloca todas aquelas informações que tem no rótulo, para ele poder comercializar  
731 ele a nível de supermercado. Mas resumindo, produtos de origem animal é  
732 obrigatório a fiscalização pelo serviço de inspeção, pela vigilância sanitária, pelo  
733 Selo Arte. Mas, os produtos naturais, os produtos vegetais em si ou extraídos de  
734 extrativismo, esses produtos não são obrigatórios, eles são livres. E, a pessoa só  
735 precisa preencher requisitos da vigilância sanitária quando a higiene sanitária do  
736 produto, quanto a limpeza. Isso eles vão ter que adequar alguma coisa, lavar o  
737 produto, não vender o produto com sujeira, alguma coisa nesse sentido. Mas, não  
738 é uma fiscalização obrigatória. Ela é livre, está certo? Seu caso é livre, pode  
739 vender caldo de cano tranquilo, sem a fiscalização do serviço de inspeção. Mas,

740 se você quiser valorizar, agregar valores, você pode levar e registrar junto a nós  
741 que seu produto vai ter um outro comércio. O vereador Dr. Joãozinho, presidente  
742 da câmara, diz: Eu entendo. Deixa eu só falar com o Gilson aqui. Eu entendo a  
743 sua preocupação. Nós, câmara, vamos lançar, já disse isso e vou repetir, devemos  
744 lançar agora em novembro uma campanha exatamente com essa finalidade. Eu  
745 digo assim, as vezes, eu converso com algumas pessoas na nossa cidade, aí o  
746 sujeito fala assim: Joãozinho, o comércio local, ele está morrendo. Aí eu falo  
747 assim: gente, eu tenho dados, isso não é real. O comércio local não está morrendo.  
748 Mas, todos nós temos a obrigação de saber que vivemos num tempo diferente.  
749 Quem vive numa realidade, quem tem soluções para uma realidade de quinze anos  
750 atrás, essa solução não responde e não corresponde mais a realidade de hoje. As  
751 respostas de quinze anos atrás não respondem os questionamentos de agora. Por  
752 que? Na questão do comércio, por exemplo, o que você tem que saber, você  
753 pequeno comerciante? Mais de trinta por cento do comércio nacional hoje já é  
754 feito via internet. Isso significa o que? Significa que nós perdemos, numa cidade  
755 igual a nossa, de cada dez, três pessoas já. E aí, se vocês atentarem mais, vocês  
756 verão, vamos pensar aqui, vai chegar uma loja aqui. De onde? Qual o nome?  
757 Magazine Luiza. Aí você sai bem aqui tem a Pernambucana. Você sai ali tem a  
758 Tecelagem Avenida. Você sai acolá tem a Havan. Aí você vai aqui e tem o  
759 Girrafas, tem o Bob's. O que eu estou dizendo com isso. Eu estou dizendo que as  
760 grandes marcas se interiorizaram. Então, a gente tem que ter resposta para agora.  
761 Eu sou um comerciante de Barra do Garças. Eu amo minha cidade. Então, o que  
762 a gente tem que fazer, Gilson, e essa é a resposta. Nós vamos lançar uma  
763 campanha aqui na câmara, e a gente já está em conversação com vários segmentos  
764 da cidade, de valorização do produtor e do produto local. Esse é o nosso papel,  
765 dizer para o cara assim: campeão, compra Café Viola. Por que? Porque o cara está  
766 bem ali. Compra Feijão Mogiano porque o sujeito está bem ali. Compra aqui o  
767 peixe que é produzido aqui por ele. Compra aqui no Leandro porque o Leandro  
768 está aqui. Então, é esse o nosso papel de homens públicos. Mas, é também o nosso  
769 papel, aquilo que eu falo, por isso é importante participar, daqui uns dias essa  
770 campanha vai estar nas ruas. A gente precisa ser também formador de opinião. Eu  
771 amo minha cidade e eu tenho consciência de que eu preciso valorizar cada produto  
772 daqui, para amanhã, quando eu tiver o pequi do Gilson, a cana daquele, o peixe  
773 desse, a alface ou qualquer outro produto, eu possa optar entre comprar do  
774 comércio de outros municípios ou até dessas grandes corporações e instituições,  
775 eu vou optar por um produto local. Essa é uma forma da gente fortalecer enquanto  
776 povo, enquanto cidadania, enquanto amor à cidade da gente. Quando eu falo: eu  
777 amo minha cidade. Eu amo mesmo? Eu tenho práticas que indiquem que eu amo  
778 o lugar que eu vivo? Então, é isso. A gente pode tentar achar esse outro tipo de

779 solução. E, essa Casa estará promovendo a partir de novembro, aproveitando, que  
780 é isso que tem que estar todo mundo atento, todo mundo sabe,  
781 novembro/dezembro o desejo de comprar vai igual Sonrisal, ele vai subindo,  
782 subindo, quando chega dezembro ele atinge o ápice. Não é? Então, a gente tem  
783 que aproveitar esses momentos para incentivar o comércio, para divulgar os  
784 nossos produtos, as nossas atividades. Por isso nós temos que criar a feira até  
785 novembro, entre outras razões. OK, Gilson? E, o nosso colega lá, ele estava  
786 questionando quanto ao órgão encarregado de fiscalizar a adequação. A proposta  
787 da nossa colega era simplesmente com relação a palavra fiscalizar, porque antes  
788 estava certificar, emitir o certificado. Aí ela disse: não, a gente não pode certificar.  
789 A gente pode fiscalizar. Entendido? Um participante, que não se identificou, diz:  
790 Está faltando produtos, não é? Fiscalizar o que? O vereador Dr. Joãozinho,  
791 presidente da câmara, diz: Órgão encarregado de fiscalizar a adequação dos  
792 produtos. Então vamos lá. Perfeito. A adequação dos produtos oriundos de outros  
793 municípios. Então, vamos colocar bem mais. O órgão encarregado de fiscalizar a  
794 adequação dos produtos sujeitos a fiscalização sanitária, porque não são todos os  
795 produtos, certo? Sujeitos a fiscalização ou legislação sanitária? Fiscalização  
796 sanitária é a vigilância sanitária de Barra do Garças. OK? Obrigado. Isso, dos  
797 produtos sujeitos a legislação, OK? Se não ficava meio cacofônico também, não  
798 é. Legislação ficou melhor. OK? Mais alguma sugestão? Podemos então deliberar.  
799 Um participante, que não se identificou, diz: Oi! O vereador Dr. Joãozinho,  
800 presidente da câmara, diz: Pois não! Um participante, que não se identificou, diz:  
801 Bom, Dr. João, eu tinha que dar meu “pitaco”. O vereador Dr. Joãozinho,  
802 presidente da câmara, diz: Todo mundo, é uma assembleia. A senhora Gisela  
803 Bohrer diz: Vou me apresentar. Eu sou a Gisela Bohrer. Sou bióloga. Eu tenho  
804 pós-graduação em fitoterapia, botânica e uma série de coisas, e tudo que está aqui  
805 interessado a vocês. Outra coisa, também fui feirante em Aragarças. Eu vendia  
806 produtos artesanais. E, o que eu queria dar um recado para o pessoal que está aqui  
807 pela experiência que tive. Eu, como dona de casa, falo assim: eu vou deixar  
808 esperar domingo, chegar domingo ou chegar sexta-feira, porque eu quero ir à feira  
809 porque lá vou encontrar tal, tal produto mais barato. Entendeu? O que eu gostaria  
810 de passar uma mensagem é o seguinte, quem tem um comércio que paga o  
811 estabelecimento, ele está pagando uma série de impostos. E, quem está na livre  
812 feira, ele está isento de uma série de compromissos e tem uma série de benefícios.  
813 Então, para haver uma concorrência honesta e para não haver esse problema que  
814 teve, de vender por três, por cinco, por isso, por aquilo, eu acho assim: a lei da  
815 oferta. Então, eu acho que tinha que haver um meio de comunicação entre vocês  
816 assim: ah, fulano está vendendo a cinco reais, mas ali está vendendo a dois. Então,  
817 vamos comprar aonde tem dois, e deixa de cinco. Entendeu? Por que? Porque o

818 governo, ele tem sim a responsabilidade de estar nos orientando, normatizando  
819 uma série de leis. Mas, nós, como cidadãos também, somos os principais  
820 responsáveis e fiscais das coisas que acontecem. Então, a gente não tem como  
821 jogar toda a responsabilidade em cima do governo, pra ele cobrar esse tipo de  
822 coisa, a livre concorrência. Vamos fazer a livre concorrência? Então, que façamos  
823 nós como cidadãos. E, isso está lá na lei. Está lá na Constituição Federal. Nós que  
824 fazemos o controle social e comunicamos às autoridades as nossas necessidades.  
825 O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: OK. Então, podemos votar  
826 então o texto. Submeto a assembleia a redação do artigo quarto e seu parágrafo  
827 único, resultado de todas essas deliberações e pontuações. Aprovado? Aprovado  
828 então o texto do artigo quarto e seu parágrafo único. Artigo quinto: o município,  
829 dentro de sessenta dias da publicação desta lei, criará o conselho municipal de  
830 regulamentação das feiras. Tem uma lei que vai criar o conselho... A  
831 regulamentação. Não, é uma lei só do conselho, é uma lei própria. Beleza? Então,  
832 vamos lá. O senhor Valdeson diz: Acrescentar a união de bairros ali. O vereador  
833 Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Tá. Parágrafo único: o conselho de que  
834 trata o caput deste artigo, não está criando o conselho, ele só está dizendo que  
835 quando o município for criá-lo essa já é uma condição para a criação. Quando o  
836 município vai regulamentar algo, ele está limitado pela lei. Ele não pode ir para  
837 cima e nem para baixo. A regulamentação não pode sobrepor-se a lei. Certo? Os  
838 limites da regulamentação é a lei. Vamos lá. Aí inciso um, quem serão os  
839 representantes deste conselho. Só dizer aqui para quem não participou das  
840 reuniões. É aquela ideia de que o conselho é quem vai decidir a política da feira  
841 livre? Não. A ideia é de que a nossa comunidade assumirá um papel de relevância.  
842 Este conselho deliberará sobre... Criará o conselho municipal de regulamentação  
843 das feiras. Não as municipais. O vereador Dr. Neto diz: Vereador Neto para ficar  
844 registrado. Se terá a lei do conselho que nós iremos aprovar aqui e depois vai  
845 trabalhar junto nesse projeto, então não precisava de ter aquilo ali, não é. O  
846 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Não, é o seguinte, quando nós  
847 formos criar a lei do conselho, ali criou a obrigação de criar o conselho. Na  
848 verdade, o chefe do Poder Executivo criará o conselho, não o regulamento, a lei;  
849 mandará para cá para ser aprovada. Na lei que for criada necessariamente esse  
850 conselho será composto por essas pessoas. Ele vai crescer outras situações. O  
851 vereador Dr. Neto diz: Então, por isso que achei que não devia estar aí nessa lei,  
852 porque ele vai estar em outra lei. Aqui fala só o conselho. Ele não teria que estar  
853 aqui nessa lei. Essas pessoas, esses órgãos. Você entendeu o que eu estou falando?  
854 O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Entendi. O vereador Dr.  
855 Neto diz: Porque na lei lá ele vai ter que está. Aqui não há necessidade. Não sei  
856 se eu consegui explicar. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Eu

857 entendi. Mauro, pois não! O senhor Mauro Gomes Piauí diz: Boa tarde a todos e  
858 todas! Meu nome é Mauro Piauí, sou secretário de planejamento do município.  
859 Eu acho que, indo ao encontro da intervenção do vereador Neto, também  
860 concordo. Acho que seria uma redundância se a gente mandar uma nova lei para  
861 criar o conselho. Eu acho que, como sugestão, fica criado o conselho municipal e  
862 já está aí os representantes. Depois nós acrescentaremos outro parágrafo, se for o  
863 caso, que o Poder Executivo expedirá um regulamento em sessenta dias,  
864 submetido à aprovação da câmara municipal. Quer dizer, depois manda para a  
865 câmara o decreto; a câmara municipal estuda, chama reuniões com os membros.  
866 Eu acho que nós podemos até depois, o Executivo, chamar esses próprios  
867 representantes aí para discutir o decreto que regulamenta o conselho. Eu acho que  
868 já ficaria mais objetivo nessa forma. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da  
869 câmara, diz: Espera aí, deixa eu entender na sua proposição, porque nós vamos  
870 submeter. São proposições e nós vamos submeter. Você está dizendo então que  
871 deve deixar... O município dentro de sessenta dias criará o conselho municipal de  
872 regulamentação das feiras? O senhor Mauro Piauí diz: Não. Seria assim, fica  
873 criado o conselho municipal de regulamentação. Aí o parágrafo primeiro, no caso,  
874 tem os representantes. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz:  
875 Entendi. O senhor Mauro Piauí diz: Depois o parágrafo segundo, o Poder  
876 Executivo, dentro de sessenta dias, expedirá decreto regulamentando o  
877 funcionamento do conselho. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz:  
878 Entendi. Então, deixa só eu colocar a posição do Mauro. Ele está dizendo assim,  
879 oh... Faz um redação ali, doutor. Põe uma redação ali em vermelho. Não, em cima  
880 do parágrafo, acima. Vê se é isso, Mauro. O município, dentro de sessenta dias da  
881 publicação desta lei... Ah, fica criado. Então está bom. Vou fazer a proposição  
882 dele e depois você apresenta também e a gente faz... Fica criado, a redação seria  
883 essa. Fica criado o conselho municipal de regulamentação das feiras. É essa a  
884 redação, Mauro? Essa é a proposta do Mauro. Das feiras, ponto. Não, o conselho  
885 é de regulamentação do todo, das feiras, ponto. Essa é a redação do Mauro. O  
886 senhor Fabiano Dall' Agnol diz: Fabiano, secretário. Você pode voltar lá na inicial  
887 lá, no título? Dispõe sobre a criação, normatização da feira livre de Barra do  
888 Garças e cria o conselho, lá em cima. Aí, lá no artigo quinto, faz favor, o  
889 município, dentro de sessenta dias da publicação desta lei, normatizará ou criará  
890 normatização das feiras. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: A  
891 proposta do Fabiano é assim... Faz a redação aí, doutor. O município dentro de  
892 sessenta dias regulamentará o funcionamento do conselho. É assim, Fabiano?  
893 Pode ser? É isso? Essa é a proposta do Fabiano. Um participante, que não se  
894 identificou, diz: Me permite uma parte aí, presidente? O vereador Dr. Joãozinho,  
895 presidente da câmara, diz: Sim, só um minutinho. Ctrl C, faz uma redação aí

896 embaixo. Isso, cola. O município dentro de sessenta dias da publicação desta lei  
897 regulamentará o funcionamento do conselho. É isso, Fabiano? Gente, são só  
898 propostas. A gente vai deliberar. Então, calma. Regulamentará o funcionamento  
899 do conselho municipal, é isso Fabiano? A feira livre. Tudo bem, é uma  
900 proposição. O senhor Mauro Piauí diz: Só para complementar a minha proposta,  
901 ficaria o artigo quinto: fica criado o conselho. Cadê? Onde que está aí? O vereador  
902 Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: De regulamentação das feiras. O senhor  
903 Mauro Piauí diz: Seria o caput, não é. Aí o parágrafo único seria o parágrafo  
904 primeiro: o conselho terá essa seguinte composição. E, o parágrafo segundo é o  
905 que o Fabiano sugeriu aí: o município dentro de sessenta dias. O vereador Dr.  
906 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Entendi. Entendeu, Fabiano? Faz uma  
907 composição. O José. Um participante, que não se identificou, diz: A alteração lá  
908 no título, como vai ficar? O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz:  
909 Vai lá para o título. Segundo a proposta do Fabiano, será assim: dispõe sobre a  
910 criação e normatização da feira livre de Barra do Garças e cria o conselho.  
911 Vírgula, e não. Cria o conselho municipal de regulamentação das feiras e dá outras  
912 providências. É assim, Fabiano? Beleza. Um participante, que não se identificou,  
913 diz: Presidente, estou aqui hoje representando a união de bairros. É muito  
914 importante estar no projeto de lei a criação do conselho municipal, de suma  
915 importância, tanto que vai dar segurança para os feirantes porque eles vão ter um  
916 órgão que vai estar à disposição deles atuante na feira. Agora, voltando lá no  
917 parágrafo quinto, eu gostaria que só acrescentasse a união das associações dos  
918 moradores de bairro nas classes. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara,  
919 diz: Nós vamos nominar. As entidades nós incluiremos. Bom, estão as propostas  
920 apresentadas. Alguém tem alguma contribuição a dar ou um questionamento a  
921 fazer em relação as propostas? Não? Então, vamos redigir o texto do artigo quinto.  
922 Doutor, vá lá no artigo quinto, apague tudo que está lá, suba essa redação na  
923 medida que foi proposto pelo Mauro. Fica criado o conselho municipal de  
924 regulamentação das feiras, ponto. Parágrafo primeiro: o município, dentro de  
925 sessenta dias da publicação desta lei, regulamentará o funcionamento do conselho.  
926 É isso, Mauro? Do conselho. Regulamentará o funcionamento do conselho  
927 previsto no caput deste artigo. Beleza. É isso, Mauro? Parágrafo segundo? OK!  
928 Parágrafo segundo. É muito importante, só pra gente explicar aqui, por que nós  
929 vamos manter essa redação dos conselhos? Porque é o resultado da deliberação  
930 que já foi tomada. É claro que isso... Mas, é importante. Quando o prefeito for  
931 regulamentar a lei, ele necessariamente, no conselho, incluirá o representante de  
932 todas essas associações. Isso que é importante. Fica o prefeito atrelado a observar  
933 essa condição que é ter representantes destas associações no conselho. OK? Então,  
934 vamos lá. Inciso um. Na verdade, seria alínea, não é mauro? Você teve aulas de



935 técnicas de... Mas, vamos lá, depois a gente altera. Dois representantes do Poder  
936 Executivo; dois representantes do Poder Legislativo; um representante da  
937 APPROAR; um representante da HORTIAGRO; um representante da associação  
938 de pequenos produtores e produtoras rurais do Serra Verde; um representante do  
939 MLT; um representante da feira livre municipal de domingo; um representante da  
940 feira da agricultura familiar; um representante da associação de pequenos  
941 produtores de Vale dos Sonhos; um representante da união de moradores de  
942 bairros. É esse José? Do artesanato? Isso nós vamos dizer. Calma aí. Um  
943 representante da associação mãos criativas do Vale do Araguaia. A resposta do  
944 questionamento do Zé está aqui embaixo. Desce um pouquinho. Os representantes  
945 serão indicados pela associação na forma dos seus estatutos. O que quer dizer  
946 isso? Está dizendo assim, a administração já deverá admitir essas associações  
947 como legitimadas para representar os seus associados. Elas já estão reconhecidas.  
948 Agora, a forma como essa associação vai mandar o seu representante pra lá, isso  
949 é um problema dela. Ela que tem que decidir lá, dentro dos estatutos, dos  
950 regimentos, quem será o representante. O Estado, a administração, nessas  
951 questões, ela deve se meter o quanto menos, porque é a própria associação que  
952 tem que saber quem ela quer mandar pra lá. Ela delibera lá na forma de seus  
953 estatutos, e ela decide quem vai mandar. OK? Um participante, que não se  
954 identificou, diz: Não, pessoal, vamos fazer as coisas com justiça. Quando você  
955 coloca associações representativas de classes do produtor, artesanato, você está  
956 falando da entidade final, do homem que está produzindo o bem lá, a riqueza.  
957 Quando eu vejo o MLT, eu vejo como uma entidade organizacional, de  
958 movimentos de classes, mas não produzindo diretamente bens. Ela produz bens  
959 através de um projeto que ela faz. Vamos dizer lá no Vale dos Sonhos, foi lá e  
960 implantou um projeto e criou uma associação dos produtores que estão lá dentro  
961 da APPROAR. Isso, no meu entendimento, é o que o MLT faz. Ele encaminha as  
962 soluções. Mas, ele dentro do conselho da feira, ele não produz, não vende. Quem  
963 vende é o associado lá da ponta. Então, eu acho que lá, as associações daqui,  
964 futuramente do Passa Vinte, é quem deve estar presente na feira, desse conselho.  
965 Senão, daqui a pouco, vamos ter que pegar o sindicato rural, pegar essas entidades  
966 de classe e trazer para dentro. Eu acho que não é por aí. É um ponto de vista  
967 pessoal meu, tá pessoal. E, se for polemico, a gente leva isso para o ministério  
968 público para poder dirimir. Eu sou um cara que anda em cima da linha. Não é  
969 contra coisas pessoais, é contra coisas estruturais. Para mim, produtor é produtor.  
970 Para mim, produtor de artesanato é produtor de artesanato. O MLT, no meu  
971 entendimento, é uma entidade virtual que flutua sobre vários aspectos, não  
972 necessariamente com o pé no chão, com o pé na produção. Essa é a minha visão,  
973 João. Você pode defender, pode argumentar, e quem conduz é a maioria. O

974 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: OK. Pode, foi citado. O senhor  
975 João Batista diz: Pessoal, boa tarde! Sou o João Batista. Sou membro da  
976 coordenação nacional do MLT. Só gostaria de fazer uma colocação com relação,  
977 e gostaria até de remeter a assembleia a provocação desse camarada. O MLT, eu  
978 sou membro do MLT. Sou representante do MLT. Represento o MLT no Estado  
979 de Mato Grosso em cinquenta e oito municípios no Estado. Nós somos uma  
980 entidade que temos dezenas de cooperativas em várias Estados, de trabalhadores  
981 rurais. Nós temos passe livre para dialogar e buscar entendimento e recurso em  
982 todas as entidades políticas e jurídicas, porque somos reconhecidos como entidade  
983 que representa o trabalhador de fato. Não somos demagogos. Não somos  
984 baderneiros. Mas, eu gostaria de, no pouco que tem aqui do pessoal, fazer só um  
985 comentário e pedir a opinião de vocês. Procede uma situação dessas? Eu sou  
986 trabalhador. E, muito bem representando por essa entidade e junto com quem eu  
987 represento e com quem me representa. Agora, até ali no processo, nós temos ali  
988 algumas situações que a gente acompanhou e está lutando para que isso venha à  
989 tona toda essa situação para que trabalhadores de fato tenha a oportunidade de  
990 comercializar aquilo que ele produz, inclusive eu. O qual, muitas entidades aqui  
991 colhe muito sem plantar, pegando dos outros, colhendo de quem plantou, e  
992 vendendo. Entendeu? E, aqueles que realmente planta não consegue pegar o seu  
993 recurso. Então, essa é a oportunidade. Eu gostaria de falar aqui, pedir, doutor,  
994 porque esse camarada... Não, o ministério público, a justiça federal, qualquer  
995 coisa, sou limpo. A entidade é pura, é fiel, é limpa, é legítima. Agora, eu não  
996 entendo qual é essa perseguição sua. Só quero dizer aqui, pessoal, o seguinte, quer  
997 dizer, o que esse caboco, camarada, tem contra o MLT? O vereador Dr. Joãozinho,  
998 presidente da câmara, diz: Senhores, eu agradeço ambas as intervenções.  
999 Senhores, por favor! Deixa eu falar pra vocês, para os senhores, uma coisa aqui.  
1000 Espera aí um pouquinho. Só um pouquinho. Primeiro, é natural... A gente casa  
1001 com uma mulher, e as mulheres casam com o homem, quer dizer, já não é mais  
1002 tanto assim, não é, hoje já existem casamentos ou uniões de outros sentidos, mas  
1003 tradicionalmente isso acontece, você ama aquela mulher ou você ama aquele  
1004 homem, os dois se unem e brigam, se desentendem. Então, desentendimentos são  
1005 normais em todo agrupamento humano. Agora, a gente tem que entender, por  
1006 exemplo, a maioria dos casais fala assim: oh, a hora que chegar em casa você vai  
1007 ver só. Então, existe o palco adequado para todos os tipos de manifestação. Eu  
1008 respeito. Eu sei que as divergências... Eu respeito as divergências. Mas, isso agora  
1009 não vai contribuir para nossa temática aqui. O que eu posso dizer, enquanto  
1010 Estado, a partir do momento que os senhores representam duas instituições, duas  
1011 associações que estão legalmente constituídas, e que representam um grupo de  
1012 pessoas que está lá desde a ata de fundação, está registrado em cartório que a lei

1013 assim exige, vocês são associações que estão aptas a representarem esse  
1014 segmento. E, aquilo que eu disse, o viver democrático é mesmo complicado. Nós  
1015 temos que aprender a lidar com essas situações. Nós, enquanto administração, não  
1016 podemos reconhecer uma e deixar de reconhecer a outra. Reconhecemos não só  
1017 vocês dois como representantes das suas instituições, como também os demais  
1018 que estão aqui, como a colega que me chamou agora a pouco para incluir a  
1019 associação que ela representa. Faz parte. OK? Vamos prosseguir? O senhor  
1020 Manoel diz: Eu sou o Manoel Cirilo, presidente da APPROAR. Eu represento a  
1021 APPROAR. O João, o MLT. Ele não representa duas entidades. Não. Eu sou da  
1022 APPROAR. Ele do MLT. Tá legal? O vereador Dr. Joãozinho, presidente da  
1023 câmara, diz: Beleza? OK, então. Vamos prosseguir então com... Um participante,  
1024 que não se identificou, diz: Posso indicar uma entidade? O senhor Valdeson diz:  
1025 Desde que ele representa ela, não é. Um participante, que não se identificou, diz:  
1026 A APROBARRA. Não, sim. Eu também represento ela. Eu sou secretário geral  
1027 da APROBARRA, associação dos pequenos produtores do Vale do Araguaia. Ela  
1028 foi criada já tem mais de um ano e nós estamos organizando nosso quadro  
1029 também. Não apresentei ela aqui ainda porque... Só que ela é constituída com  
1030 CNPJ, tem associação, tem livro de ata, tem tudo, tem membros e não entra em  
1031 discussão em mérito de apresentação com ninguém. A gente respeita todo mundo,  
1032 tá. O senhor Marcos diz: Presidente. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da  
1033 câmara, diz: Pois não, Marcos! O senhor Marcos diz: Eu sugeriria ali porque eu  
1034 estava reparando o meu estatuto da HORTIAGRO, as responsabilidades caem  
1035 tudo em cima dos seus presidentes. E, os seus presidentes andam muito. Eu  
1036 sugeriria ali que a gente criasse dois elementos por cada entidade, no caso de um  
1037 suplente. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Eu vou dizer qual  
1038 que é a solução. Lembrem-se que lá está dizendo assim: as indicações serão feitas  
1039 na forma dos estatutos. Quando você é representante de uma associação e você  
1040 não pode ir a algum lugar, o que você faz? Nomeia alguém para te representar.  
1041 Então, não tem problema nenhum. Se você tiver na estrada, você faz lá: membros  
1042 do conselho, nomeio fulano de tal para me representar na forma do estatuto.  
1043 Perfeito? Senão a gente vai aumentar muito a cadeia. OK? Está dizendo isso lá  
1044 embaixo. Os representantes serão indicados pelas associações na forma de seus  
1045 estatutos, vírgula, vamos atender, bem como seus eventuais substitutos. Pronto.  
1046 Beleza? Se você é da associação e não pode ir... Se for para falar do texto legal.  
1047 Um participante, que não se identificou, diz: Oi, está muito legal. Eu só gostaria  
1048 de fazer um comentário aqui e um alerta também. As entidades colocadas ali,  
1049 como é um processo que vai estar tramitando, e é uma lei que está sendo criada,  
1050 isso tem responsabilidade. O que eu quero dizer, doutor, é que ali tem associações  
1051 e entidades que foram colocadas, é bom lembrar que essas pessoas, essas

1052 entidades que estão ali, elas tem responsabilidade. E, essa responsabilidade não é  
1053 só agora colocar e na hora de trabalhar, de reunir, não ter representante. Porque  
1054 foram colocadas várias entidades e como numa situação como essa não ter esses  
1055 representantes. Da mesma forma, sucederá, isso vai acontecer numa reunião de  
1056 conselho aonde vai ser discutido situações que vai vim beneficiar o grupo, e essas  
1057 entidades não vão aparecer. Então, fica aqui o meu alerta que é de  
1058 responsabilidade. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: O que a  
1059 prática nos ensina? Quando formos fazer o regulamento, o regulamento dirá  
1060 assim: o conselho deliberará, se instalará com a presença mínima de um terço dos  
1061 seus representantes e deliberará pelos presentes. Tanto faz se você não quiser ir,  
1062 se sua entidade não quiser estar. O que nós temos que fazer aqui é alargar a  
1063 possibilidade de vocês participarem. Se amanhã qualquer entidade não quiser ou  
1064 não puder se fazer representada no conselho, paciência. É aquela situação que,  
1065 embora não estando presente ali, terá que submeter aquilo que ficará deliberado  
1066 por quem for. Esse é o prêmio de quem participa porque quem participa decide e  
1067 arca com as consequências. Entendeu? Então, está tranquilo. Um participante, que  
1068 não se identificou, diz: Presidente, me permite uma parte? Isso que o presidente  
1069 do MLT, o Job, também vai falar é para segundo momento. Vai ser criado um  
1070 regimento e o regimento vai punir as entidades que não participarem, e também...  
1071 Agora, não sei, Mauro, se já é possível nesta lei criar ali algum parágrafo aonde  
1072 vai haver a suspensão de uma entidade dessa, cuja no decorrer das atividades não  
1073 esteja efetivamente participando, três reuniões consecutivas, alguma coisa assim.  
1074 Mas, isso já é atrelado a lei porque no regimento eu sei que pode. O regimento é  
1075 dentro do conselho, vai ser criado pelo conselho. Agora, não sei se já atrela isso  
1076 ao estatuto. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Perfeito. O  
1077 regimento fará toda essa disciplina da participação, de eventuais punições para  
1078 quem não participar. No regulamento e no regimento se fará isso. OK? Perfeito?  
1079 E, aí, respondendo a alguma indagação que ainda haja, pode ser que amanhã surja  
1080 lá um outro assentamento, uma outra associação, e seja uma atuação atuante. Às  
1081 vezes, seja interessante para o conselho. O conselho entenda que essa associação  
1082 é interessante que ela esteja lá. Então, está lá. O conselho das feiras poderá  
1083 admitir, mediante a deliberação da maioria de seus membros, mediante  
1084 deliberação dos presentes, da maioria dos presentes em suas assembleias? Em  
1085 suas reuniões. Porque, as vezes, só tem dez pessoas reunidas. Deu quórum, então  
1086 beleza. Não é da maioria dos membros porque aí precisava, se tiver trinta, tem  
1087 que tem dezesseis votos. Então, é da maioria dos presentes em suas reuniões,  
1088 novos representantes das associações. Se vocês deliberarem e falar: oh, vamos  
1089 trazer aquele pessoal conosco. Beleza. Certo? O senhor Marcão diz: Marcão da  
1090 HORTIAGRO. O Fabiano está no conselho deliberador rural. Eu acho que, em

1091 primeiro lugar, essas associações tinham que ser reconhecidas lá do conselho de  
1092 desenvolvimento rural, porque acho que aí nós já estávamos tudo habilitados a  
1093 não ter algumas dores de cabeça futuramente aí. O vereador Dr. Joãozinho,  
1094 presidente da câmara, diz: Deixa eu fazer uma objeção a isso. A ideia é que a  
1095 gente quer outorgar à comunidade que tem interesse de participar das  
1096 deliberações. Aí, se eu fizer isso aí, eu vou estar criando um crivo. Eu não acho  
1097 legal. Deixa quem tem legitimidade participar, se quiser participar. Não tem que  
1098 ficar submetido a nenhum órgão da prefeitura fiscalizar, até porque nós daríamos  
1099 mais uma atribuição para quem já está atarefado até o pescoço. O Fabiano mal  
1100 tem tempo de almoçar e de passear com aquele cachorrão bonito e peludo, que ele  
1101 tem. Ele faz isso de madrugada porque não sobra tempo. Fêmea. Aquela cadela,  
1102 então, linda que ele tem. Então, não vamos dar mais atribuição não. Vamos deixar  
1103 que participe. A ideia é criar fórum de participação da comunidade. OK? Então,  
1104 beleza. Tem mais algum, doutor? O conselho das feiras poderá, admitir mediante  
1105 deliberação da maioria dos presentes em suas reuniões, novos representantes.  
1106 Fechado? Então, submeto à assembleia a redação final do artigo quinto da lei de  
1107 criação da feira municipal, do conselho e que dá outras providências. Aprovado?  
1108 OK. Artigo sexto. Aqui vai criar muita polêmica. Pode subir. Não, desce, doutor.  
1109 É artigo sexto: os alimentos obrigados a refrigeração ou congelados... Jeová, você  
1110 acha que tem necessidade de manter isso na lei ou isso pode ser objeto de  
1111 regulamentação pela, porque isso é atribuição própria da vigilância. Vai  
1112 determinar, não é. Oh, vamos só ver a redação, como seria. Os alimentos  
1113 obrigados a refrigeração ou congelados devem ser assim mantidos, obedecidos as  
1114 temperaturas assim estabelecido na legislação afim. Isso daí a vigilância sanitária  
1115 já fará. O manuseio dos alimentos deverá ser restringido ao máximo, sendo  
1116 vedada a manipulação. Tira. O transporte dos alimentos deverá ser realizado em  
1117 veículos apropriados. Tira, porque todas essas atribuições a vigilância fará. Tira.  
1118 Deixa só o sexto. Parece que não tem mais... Esse também, por mim eu tiraria.  
1119 Mas, vamos lá. Um participante, que não se identificou, diz: A regulamentação,  
1120 que se chama, ela vem para a câmara ou não? É de prefeito para secretaria, não é?  
1121 Quando faz leis é câmara. Agora, para regulamentar, a regulamentação volta pra  
1122 cá de novo? O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Não. A  
1123 regulamentação é atribuição do prefeito. O senhor Mauro Piauí diz: A questão é,  
1124 já existe regulamentação de como transportar os produtos, etc. Então, se tiver  
1125 errado, poderia ter ficado para os feirantes saberem como deve ser. Mas, eu acho  
1126 que o próprio, quando for regulamentar os produtos animais, está sendo feito o  
1127 decreto lá, a normatização. Lá vai estar claro o manuseio. Talvez coloque lá nas  
1128 feiras, não sei, quando for da comercialização dos produtos, mas vamos criar um  
1129 capítulo lá para as feiras que aí já trata. Não põe aqui na lei porque a lei é para

1130 criar a feira. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Isso, a  
1131 finalidade dela é outra. OK? Então, vamos lá. Também outras obrigações da feira.  
1132 Essa aí também acho que pode ser extirpada. Mas, vamos lá. O feirante é obrigado  
1133 a fixar de modo visível para o público os preços das mercadorias colocadas à  
1134 venda. Tem necessidade? São vocês quem vão dizer. Caldo de cana, está lá, copo  
1135 de 200ml, dois reais; copo de 300ml, três reais; meio litro, 500ml. No seu dá, não  
1136 é. O senhor Mauro Piauú diz: Isso aí já é obrigado pelo CDC. Tem que ser feito.  
1137 Mas, é bom colocar para ficar bem claro. Um participante, que não se identificou,  
1138 diz: Boa noite a todos os amigos e feirantes. Deixa eu falar a respeito da tabela.  
1139 Chega um freguês, ele é o primeiro da fila, e leva um tempão olhando na tabela.  
1140 Aí chega o segundo e fala: eu quero um copo de tanto. O que acontece? Ele vai  
1141 passar na frente e aquele outro se sente mal. Vamos supor, o caldo de cana pra  
1142 mim não funcionou tabela devido a dúvida do freguês, que não sabe se ele vai  
1143 pegar um copo de dois, três ou quatro, ou se vai levar um litro. Uma coisa rápida,  
1144 tudo bem. Não, mas aí é só um produto. Pra mim não funcionou. Eu tive que tirar  
1145 a tabela para o povo chegar e pedir mais rápido. Agora, são os feirantes que aprova  
1146 ou reprova. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Veja bem, está  
1147 surgindo um questionamento ali. Não é tabelar, nada disso. É você ter lá o seu  
1148 preço exposto. É isso que a lei está dizendo. O alface aqui é três e cinquenta, ali é  
1149 cinco reais. Isso é problema seu. Qualquer que seja o preço do seu produto, ele  
1150 deve estar exposto lá. É isso que a lei está dizendo. Não está falando em tabelar  
1151 nada. Não há unificação. Nós nem podemos fazer isso. Isso é contra as leis de  
1152 mercado. Um participante, que não se identificou, diz: isso, inclusive, é uma  
1153 forma de uma concorrência livre, porque a pessoa fala: ah, está cinquenta centavos  
1154 mais caro, vou abaixar o meu. É uma forma legítima de concorrência. O vereador  
1155 Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Beleza, então. Quero ouvir a voz  
1156 daquele rapaz lá, que até agora estava... Desculpa pelo rapaz. Seu nome? O senhor  
1157 Eliseu diz: Boa tarde! Meu nome é Eliseu. Estou representando o MLT junto com  
1158 o pessoal. Eu queria acrescentar que o que o moço falou não é tabelar exatamente  
1159 os preços. Ele estava falando o seguinte, que ele vai chegar lá e vai ter o preço,  
1160 mas ele vai ficar em dúvida em qual vai levar. Exatamente isso vai atrapalhar a  
1161 venda dele porque um cliente pode chegar e pedir na frente do outro, e pode deixar  
1162 um cliente constrangido por ter sido atendido depois, sendo que chegou primeiro.  
1163 O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Entendi. Mas, o tabela que  
1164 eu me referi não foi ele não. Era uma conversa paralela aqui. Um participante, que  
1165 não se identificou, diz: Senhor presidente, eu acho que essa aí é uma informação  
1166 de barraqueiros. Por que? O que eu quero, eu já estou lá debaixo olhando. Então,  
1167 isso aí não é tabela. É um preço aberto a feira livre porque nós precisamos ter  
1168 essas informações aí, pessoal, porque nós estamos criando uma feira nova. O

1169 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: É isso que o texto lega está  
1170 dizendo, Marcos. Muito bem observado. Então, vamos deixar essa obrigação.  
1171 Beleza? Artigo sexto: o feirante é obrigado a fixar de modo visível para o público  
1172 os preços das mercadorias colocadas à venda. Beleza. Eu acho que a questão das  
1173 categorias não precisa, não é Jeová, porque nós temos lá e está adequado as nossas  
1174 categorias, ou precisa? Eu acho que essa é uma questão técnica, e aí você... Tira,  
1175 não é? Não precisa, eu também concordo porque é livre. E, a qualificação, se tiver  
1176 necessidade, a secretaria fará. Beleza? Então, o próximo artigo, o sétimo, fica de  
1177 fora. Isso. Não, não querido. Ah tá, o preço está lá em cima. Beleza. O feirante é  
1178 obrigado a fixar... Artigo quarto. Fica o feirante obrigado a identificar cada  
1179 produto colocado à venda a informação quanto a origem... São muitas  
1180 informações. São bastantes informações. Vocês pensem porque essas são  
1181 propostas. Então, vamos lá. O senhor Jeová diz: Jeová. Qualquer produto que  
1182 requisitar o selo ou o serviço de inspeção, obrigatoriamente ele tem que registrar  
1183 isso na secretaria, e isso aí sai identificado no rótulo do produto já. O vereador Dr.  
1184 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Então, você está dizendo que a previsão na  
1185 lei ali é dispensável porque já estará ou deve estar também? Entendi. Então, o  
1186 Jeová está dizendo que a gente pode tirar aquela identificação ali, porque você  
1187 que for produzir o queijo, na hora que você for fazer lá, de acordo com o selo  
1188 Arte, lá na tarjeta já vai estar todas as informações. Então, tira. Um participante,  
1189 que não se identificou, diz: Inclusive nutricional, não é Jeová? A informação  
1190 nutricional também em cada produto. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da  
1191 câmara, diz: Que legal, Jeová. Sobe, doutor. Pode subir. O feirante é obrigado...  
1192 Esta lei entra em vigor após a sua publicação. Eu vou sugerir um artigo aqui agora.  
1193 Jeová, qual é o prazo que você estipula para que o selo, os feirantes do nosso  
1194 município que tenham interesse e dentro das condições normais, o município,  
1195 porque você tem uma série de atribuições, o Selo Arte, pressupõe deslocamento e  
1196 tal e coisa. Qual é o prazo que você estipula que conseguirá fazer isso?  
1197 Regulamentar, emitir os selos e falar: está pronto. Está todo mundo, quem quer,  
1198 regulamentado. Qual é o prazo? O senhor Jeová diz: Acho que mais uns trinta dias  
1199 a gente consegue regulamentar a lei do selo. A lei está regulamentada, está pronta,  
1200 quem quiser vai à secretaria, faz requerimento, pede uma inspeção em seu  
1201 estabelecimento, a equipe vai até o estabelecimento e vai gerar um relatório  
1202 técnico do que ele tem que adequar para ele fazer aquele produto que ele propôs.  
1203 Então, esse vir à secretaria, fazer o relatório, aí cabe a ele, porque vindo na  
1204 secretaria, uma semana a gente já faz a vistoria dele. Acredito que a gente já faz.  
1205 Deve ser uma quantidade muito grande de pessoas inicial. Agora, é ele quem vai  
1206 determinar a adequação dele, a documentação que ele vai apresentar. Aí cabe  
1207 muito a ele também. Nós não precisamos mais do que... Chegando na secretaria,

1208 vamos até colocar isso na regulamentação, nós temos quinze dias para resolver o  
1209 problema do cara. Chegou, resolvemos o problema: pode, não pode, adequada, faz  
1210 isso, faz aquilo. O senhor Mauro Piauí diz: Mas, eu estou entendendo o  
1211 questionamento do João, é o seguinte, ele está preocupado já no funcionamento  
1212 da feira com todo mundo legalmente. Se nós vamos ter lá cinquenta produtores,  
1213 chegar lá de uma vez, qual o tempo certifica? Não, hipoteticamente. Não é essa  
1214 pergunta que você... O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: É  
1215 porque eu vou propor uma norma. Eu vou dizer qual é minha proposição. Eu vou  
1216 propor que a gente tenha... Deixa eu falar, Jeová. Pode pontuar aí. Posso falar?  
1217 Então, eu vou dizer qual é a minha preocupação e a minha sugestão. Nós estamos  
1218 finalizando setembro, no dia 10 de outubro está tudo pronto, regulamentou,  
1219 sancionou. O comércio, ele é sazonal. O que é sazonal? Ele se alterna, não é. A  
1220 gente sabe. A feira do dia trinta até o dia dez costuma ser feiras melhores. Não é  
1221 isso? Porque sai o pagamento da Friboi. Saiu o pagamento da prefeitura. E, até o  
1222 dia dez, saiu o pagamento do Estado. Então, está girando mais dinheiro na cidade.  
1223 Aí as feiras são melhores. E, aí, quando chega no final chega dá gosto de ir na  
1224 feira. Quando chega no final do mês, naqueles últimos, do dia vinte e dois até o  
1225 dia trinta, é custoso, hein menino, porque a gente vai porque tem obrigação de ir.  
1226 Não é assim? Lógico, a gente vive aqui. Então, também é verdade, nessa mesma  
1227 linha de raciocínio, que a gente vai ter, agora nos meses de novembro e dezembro,  
1228 todo um aumento nas vendas das feiras. Isso é normal. Chegou dezembro, vem  
1229 aquele parente, vem o cunhado, vem o amigo, vem não sei o que, o povo recebe  
1230 décimo terceiro, as fazendas pagam, a Friboi paga, o povo fica com mais vontade  
1231 de gastar. Beleza. Se a gente fizer tudo isso e a gente só conseguir trabalhar a  
1232 partir de janeiro, perdemos o melhor do ano, talvez. Então, a gente tem que criar  
1233 aqui uma norma, e é essa a minha propositura, que permita a gente criar a feira  
1234 em outubro, e trabalhar em novembro e dezembro. Porque vamos imaginar que a  
1235 gente não tenha condição de regulamentar isso. A gente sabe como funciona a  
1236 administração. Não menosprezando o nosso colega que está aqui, coordenador,  
1237 mas a gente sabe das várias atribuições, a gente sabe que, as vezes, não tem um  
1238 carro nem para ir ali no posto. Essa é a verdade. A gente sabe dessas realidades.  
1239 Nós vivemos aqui. Então, a gente precisa trabalhar com essas realidades para dizer  
1240 assim: vamos criar uma norma de transição dando um prazo de regulamentação,  
1241 Jeová, não para a administração, mas que o feirante possa trabalhar enquanto essa  
1242 regulamentação sai. Então, qual é a minha proposição? Eu quero regulamentar,  
1243 então, a partir da publicação da lei, eu, que quero comercializar esse produto,  
1244 estou obrigado a ir à prefeitura e dizer: eu quero uma vistoria técnica. Enquanto  
1245 isso, até que ela seja realizada, eu quero trabalhar, eu posso trabalhar. E, aí, a  
1246 administração vai me emprestar, vai reconhecer a minha idoneidade e vai dizer



1247 assim: não, você está dizendo que está aqui a norma que você já cumpriu, dentro  
1248 de sessenta dias, eu vou te certificar, enquanto isso você vai trabalhar. Essa é a  
1249 propositura para que nós tenhamos um espaço para que eu possa aproveitar esse  
1250 final de ano, para que eu possa trabalhar. Essa é a propositura. Eu sei que o  
1251 raciocínio talvez ficou muito elástico. Mas, o que eu estou dizendo? É que, se a  
1252 gente criar a feira, que a gente possa trabalhar até que efetivamente possa estar  
1253 certificado tudo bonitinho. Beleza? Essa é a propositura. Abro aos meus ilustres  
1254 colegas para que se manifestem sobre. O senhor Valdeson diz: Doutor, eu, na  
1255 qualidade de pequeno produtor também, Valdeson Pereira, pequeno produtor, não  
1256 servidor, a questão do prazo da emissão do selo, eu discordo na questão de limitar  
1257 esse prazo pelo fato do próprio pequeno produtor, as vezes, não ter condição de  
1258 adequar dentro das exigências normativas da vigilância sanitária. Então, eu acho  
1259 que há aí uma lacuna. Agora, quanto a propositura de se dar um prazo de  
1260 credibilidade para que o pequeno comece a comercializar enquanto vai se  
1261 adequando de acordo com as normas de vigilância sanitária, evidente, normal.  
1262 Mas, acho que não dá pra fazer assim da noite para o dia uma adequação de um  
1263 abatedouro de frango, porco e assim sucessivamente. É o meu parecer. O vereador  
1264 Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Eu concordo. Mas, não é isso que eu  
1265 disse. Não estou dizendo que a gente dará um prazo. Eu estou dizendo que,  
1266 sabendo como as coisas acontecem, o mais provável, estando nós já no mês de  
1267 outubro praticamente, é que durante os trinta dias de outubro, os trinta de  
1268 novembro e os vinte e cinco de dezembro, até o natal, não seja possível nos  
1269 valermos dessa lei. O mais provável é que isso venha a acontecer. Entendeu? E,  
1270 eu estou dizendo que isso é injusto. Essa é minha propositura. Então, nós  
1271 precisamos criar uma forma de se trabalhar por um prazo de noventa dias. E, vou  
1272 dizer em que eu fundamento isso. Olha, tudo bem. Jeová, me diz aí qual que é o  
1273 prazo que exige na Barra a fiscalização sanitária na feira, quantos anos tem? O  
1274 senhor Jeová diz: Ah, eu acredito que uns dez anos já temos a fiscalização. O  
1275 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: A fiscalização sanitária na  
1276 feira faz dez anos. Perfeito. Desses dez anos, me parece que nos últimos cinco ou  
1277 quatro ela se tornou mais intensa? O senhor Jeová diz: A partir daquela ação do  
1278 judiciário para cá, ele determinou que fosse obrigatório, e eles não aceitam  
1279 realmente que ela não tenha vigilância sanitária todos os domingos. Agora, João...  
1280 Deixa você concluir. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Não,  
1281 eu sei o risco. O senhor Jeová diz: Eu ia te falar outra coisa aqui. O vereador Dr.  
1282 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Não, pode falar. Quando você se refere a  
1283 produto de origem animal não tem prazo para ele produzir o produto fora das  
1284 normas sanitárias. Por exemplo, pense em abate de animais, você não pode abater  
1285 um animal fora das normas de abate, dentro de um abate não humanitário, porque

1286 vai ser caracterizado como maus tratos aos animais. Esses maus tratos aos  
1287 animais fecha completamente com todas as leis federais. Então, aquilo que é  
1288 inspeção sanitária prévia, você não pode dar nem dez dias para o cara fazer,  
1289 porque o cara vai fazer fora do padrão e o risco é muito grande para aquele que  
1290 compra. Então, para os produtos não obrigatórios, esse aí pode dar cento e vinte  
1291 dias sem problema. Mas, produto de origem animal, que é obrigatório a inspeção  
1292 de profissionais capacitados nessa área, nenhuma semana, João, não pode fazer,  
1293 nenhum dia, porque se um dia você liberar e ele trazer o produto sem rótulo, sem  
1294 os processos higiênicos sanitários, e dar um problema em quem consumiu, é um  
1295 problema para o poder público e ele é responsável pela saúde pública da  
1296 população da cidade dele. O senhor Fabiano Dall’Agnol diz: Eu posso contribuir?  
1297 O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Pois não, pode. O senhor  
1298 Fabiano Dall’Agnol diz: O que acontece? O Jeová, ele foi técnico, mas eu quero  
1299 ser mais direto. Não adiante. Se não tiver agora dentro da lei do Selo Arte  
1300 enquadrado, o produto de origem animal esquece. Pode esquecer isso aí. A ideia  
1301 de vocês não vai funcionar. Não por causa minha, certo. Já houve uma  
1302 flexibilização em todas as leis. Aí nós vamos falar o seguinte, o Selo Arte vai ficar  
1303 de canto, a inspeção de braços cruzados, serviço de inspeção está com dezoito,  
1304 vinte funcionando, vão ficar tudo de costas e vão inaugurar a feira nova. É um  
1305 problema. Não, é um problema sério. Eu acho que já avançamos demais nesse  
1306 ano. Eu acredito que um prazo para o pessoal pode começar a comercializar  
1307 qualquer tipo de produto no momento que a feira começar a funcionar, mas a parte  
1308 de origem animal ou de perecíveis nós temos que ter um pouquinho mais de  
1309 paciência. Não adianta, porque senão, com certeza absoluta, vai ter restrição nessa  
1310 feira também, igual a outra. Aí eu quero dizer para os senhores e senhoras, não é  
1311 o local. A regra é geral. Então, a lei do Selo Arte já está bem flexível. Agora tem  
1312 a regulamentação, trinta dias é o máximo, talvez dá para fazer antes disso aí. Só  
1313 apertar o Jeová um pouquinho mais e sai antes. Aí as pessoas que tenham interesse  
1314 em frango caipira, por exemplo, aquilo que nós falamos, de repente a gente vê um  
1315 local. Então, são coisas que a gente pode ir orientando. Porque também não  
1316 adianta chegar, ah, tem um prazo de sessenta dias, chegar lá cem, duzentos novos  
1317 feirantes e falar assim: eu quero uma vistoria, nem nossa e nem da vigilância.  
1318 Então, as coisas tem que ser gradativas. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da  
1319 câmara, diz: Jeová. O vereador Dr. Neto diz: Neto para ficar gravado. Eu acho  
1320 que tem que criar tipo um mutirão para fazer funcionar aqui. A prefeitura tem que  
1321 colocar mais gente para colocar. Criar um prazo, vamos supor, daqui quinze dias  
1322 é a parte de entrar com a documentação, depois dos quinze dias é a fiscalização,  
1323 para ver se pelos menos... Senão o cara não entra nem com o documento, começa  
1324 a trabalhar, vem uma ação do ministério público e impugna tudo. Então, eu acho

1325 que tem que começar a coisa certa. Eu tenho medo de entrar com esse trem, o selo  
1326 arte provisório, vamos dizer assim. O selo arte provisório. Não tem isso na  
1327 questão. Entendeu? Eu acho que a gente tem que unir todo mundo e tentar colocar  
1328 logo para valer, para funcionar mesmo. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da  
1329 câmara, diz: Fala Gilson. O senhor Gilson diz: Não, agora vou aproveitar o gancho  
1330 porque entrou a parte prática dos feirantes, do que passa no dia a dia. Como vimos  
1331 no conselho, temos várias associações que vão fazer frente a esse conselho. Eu  
1332 acho que cada associação, inclusive o MLT, a APPROAR, HORTIAGRO e  
1333 demais, deveriam trazer uma lista dos produtores que tem real condição de fazer  
1334 feira, porque hoje em dia fazer feira não é chegar, fazer igual ao outro, pegar uma  
1335 porta emprestada num canto, colocar e por seus produtos. Hoje, a gente que estava  
1336 num grupo de trezentos e setenta e oito feirantes, que era em 2010, caímos para  
1337 um grupo de noventa e seis, mais ou menos. Desses noventa e seis feirantes, temos  
1338 vinte e sete de fora, temos seis pessoas de Iporá que não conseguimos substitui-  
1339 las, são frutas e legumes. Desse Selo Arte, que é uma luta, já vem mais tempo, eu,  
1340 graças a Deus, estou já num nível acima do Selo Arte, mas não conseguir atingir  
1341 o SIM. Tem eu e mais quatro feirantes que vão já estar aptos para o Selo Arte.  
1342 Assim que tiver pronto nós vamos nos adequar. O início dessa feira, se vão querer  
1343 para funcionar na sexta ou no domingo, não sei, no local, eu acho que o próximo  
1344 passo, antes de aprovar essa lei, seria o que? Marcar uma reunião com os feirantes  
1345 de fato que sustentam essa feira, chamar cada associação: você tem quantas  
1346 pessoas que tem condições. Gente, eu não estou pedindo dez não. Estou pedindo  
1347 um, dois. Se cada associação conseguir trazer quatro, cinco, nós vamos conseguir  
1348 alavancar uma feira. Chamar essa turma que tem mais experiência com feira:  
1349 gente, qual é o local, é na rua, é no barracão, questão de estacionamento. Se vai  
1350 começar essa feira agora, como foi proposta em outubro, a partir desse mês que  
1351 vem nós já temos temporada de chuva, essas feiras na rua vão ser viáveis. Eu acho  
1352 que a parte teórica foi muito bem elaborada. No meu ponto de vista, as leis que  
1353 estão aí são tão poucos mais pesadas que nas leis da feira de domingo, são mais  
1354 exigentes, que não tem como fugir, você viu. Agora, a questão prática do  
1355 funcionamento da feira, eu acredito que seja bem mais complexa do que essa que  
1356 foi feita até agora. Então, agora, eu acho que cabe aos presidentes das associações  
1357 ver a quantidade que cada um tem de pessoal de produção, para trazer pra gente  
1358 começar pelo menos a alavancar o seguimento de produtos de trânsito livre,  
1359 depois os outros produtos derivados de animais. O senhor Fabiano Dall'Agnol  
1360 diz: Dr. João, o que eu estava falando com o Jeová aqui e com o Dr. Neto, o que  
1361 nós podemos ir fazendo para já ir antecipando. Os produtores que já estão criando  
1362 frango, ovos, etc., procurem a secretaria, a gente já vai orientando o que precisa  
1363 para ir já se adequando. Se a gente adiantar a regulamentação, já está meio

1364 caminho andado. A gente já sabe quem é o produtor, identifica, seja lá de qual  
1365 associação for. A gente pode fazer esse adiantamento, essa instrução. Olha, a lei  
1366 do selo verde, o básico é isso e isso, para quem cria frango é isso, para quem cria  
1367 ovinos e caprinos é isso e tal. Porque também nós temos um problema com folhas.  
1368 A gente sabe que tem muito produtor de hortaliça que não respeita a carência na  
1369 utilização de defensivos agrícolas. Mas, esse é um outro capítulo, senão nós  
1370 vamos passar muito tempo aqui. Mas, a parte de cargas, o que nós podemos fazer  
1371 é ganhar tempo. Quem tiver produzindo, aqui está o representante de todas as  
1372 associações envolvidas nesse projeto, vão lá, olha, da nossa associação X quem  
1373 está criando frango e vai participar, vai na secretaria, a gente já começa a orientar.  
1374 Temos três médicos veterinários lá, já começa a orientar o pessoal para eles irem  
1375 assimilando o que precisa fazer. E, pelo Selo Arte está muito simples, mas precisa  
1376 ser feito. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Beleza?  
1377 Entendido? Acolhido então... Há aqui um comprometimento da administração, na  
1378 pessoa do Fabiano e do Jeová, para você que trabalha com esses produtos já  
1379 sujeitos a fiscalização, que já procure então. O Jeová, na verdade, uma coisa é a  
1380 necessidade de regulamentar a lei, outra coisa são as exigências. Isso o Jeová já  
1381 tem, já me antecipou, quase tudo pronto. Então, ele já pode então antecipar para  
1382 que a gente possa o mais breve possível, o mais tarde, se Deus quiser, em  
1383 novembro estar efetivamente com a nossa feira funcionando. Eu tenho uma  
1384 preocupação muito grande de nós não desperdiçarmos mais um final de ano.  
1385 Beleza? O senhor Jeová diz: João, só um minuto. Como você já adiantou que nós  
1386 trabalhamos no limite com servidores, nossos servidores são poucos, se todas os  
1387 representantes das associações estão aqui, que eles façam uma reunião lá no  
1388 estabelecimento deles, que eles selecionam aqueles que realmente tem condições  
1389 de fazer isso, porque senão vai ser um enxame de pessoas, e muitos que não vão  
1390 ter a condição de fazer agora e que nós não vamos dar conta nem de atender a  
1391 quantidade. Então, que seleciona aqueles que tenham condições e que possam  
1392 realmente fazer o projeto fluir, e que essas pessoas sejam orientadas por eles para  
1393 procurarem a nós pra gente orientá-los. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da  
1394 câmara, diz: Beleza? Que legal. Essas tratativas não constarão da lei. É um  
1395 comprometimento do nosso secretário com as associações aqui presentes e com  
1396 as pessoas que também, as vezes, não estão associados, mas que tem condição de  
1397 produzir, e querem fazer essa adequação. Querem não, precisam fazer essa  
1398 adequação. Beleza? Pessoal, respondendo ao questionamento do Gilson, quanto  
1399 ao funcionamento da feira... Não, ao funcionamento mesmo, que é o que o Gilson  
1400 falou do efetivo funcionamento da feira. Essa regulamentação que o conselho fará,  
1401 isso são os feirantes e as associações quem se encarregarão disso. A ideia é tirar  
1402 da tutela da administração. São vocês que terão que reunir e deliberar. Inclusive,

1403 algumas coisas, por exemplo, como: vai padronizar a feira, não vai, qual é o prazo  
1404 que se exigirá a padronização. Acho que isso é interessante. Mas, isso é objeto de  
1405 deliberação do conselho. Certo? Se eventualmente, uma coisa interessante, as  
1406 possibilidades da vida real, dizem que a arte imita a vida, não é, porque na verdade  
1407 a vida é muito mais complexa e apresenta muito mais situações do que a gente  
1408 pode imaginar. Então, pode ser que ainda haja algumas situações que precisam  
1409 ser objeto de lei específica. Se isso acontecer, nós conversaremos, convocaremos  
1410 de novo o grupo, trataremos com o grupo para fazer eventuais mudanças na lei.  
1411 Pode ser que precise, não é, Jeová? Às vezes, no futuro, aparece alguma situação.  
1412 Nós vivemos isso agora na regulamentação, por exemplo, dos aplicativos. Se tiver  
1413 necessidade, nós nos reuniremos e trataremos com a comunidade da melhor forma  
1414 possível para que possamos adequar à lei, fazer possíveis modificações. OK?  
1415 Pessoal, está aí a nossa lei, objeto do trabalho de todos nós, aquilo que eu digo  
1416 sempre. Foi uma tarefa até mais fácil. Nós gastamos três horas e meia, mais ou  
1417 menos. Foi rápido, não é, porque já estava mastigado, foi só ruminar hoje. Na  
1418 verdade, as reuniões já produziram essas discursões. Eu encerro aqui... Não, a  
1419 minha fala. Não, tudo bem. Eu vou dizer que encerro aqui nesse momento a minha  
1420 fala quanto ao texto legal. O texto legal está aí. Nós vamos levar agora para nossa  
1421 redação da Casa, para que agora eles possam adequá-lo ao texto de uma lei, fazer  
1422 as correções de pontuação e etc., para que mais tarde os vereadores possam  
1423 deliberar. Mas, antes, eu já quero aproveitar aqui, o Vilela é membro da igreja  
1424 católica local. Qual que é a função? O senhor Vilela diz: Nós somos  
1425 representantes dos leigos, é o laicato da diocese. O vereador Dr. Joãozinho,  
1426 presidente da câmara, diz: E o Vilela, a igreja católica estará promovendo um  
1427 evento na nossa cidade muito importante, principalmente nos dias em que  
1428 vivemos. É um evento da igreja católica, mas o Vilela me antecipava que na  
1429 verdade ela é apenas a organizadora. É um evento que pretende fazer a interação  
1430 entre as várias religiões, denominações e instituições do nosso município. Então,  
1431 ele está aqui agora para fazer um convite. Eu disse que nós estaríamos aqui com  
1432 muitas instituições. Só o MLT consegue colocar quase um milhão de pessoas na  
1433 passeata. O Job mais um milhão. Então, vai fazer um convite aqui agora. É claro  
1434 que, se você professa uma outra fé, outra religião, isso não tem problema. A  
1435 mensagem é pela paz, e a paz é o objetivo último de todas as religiões. Então, seja  
1436 bem-vindo Vilela. Você está com a palavra. O senhor Vilela diz: Muito obrigado  
1437 pela oportunidade. E, esse convite está se estendendo a toda sociedade, inclusive  
1438 aos presentes aqui. Já fizemos contato com as forças policiais, Dr. Adilson, Dra.  
1439 Lindalva, Dra. Andreia. Inclusive, o presidente também já abraçou essa causa com  
1440 a gente. E, a gente está convidando toda a sociedade para estar participando  
1441 conosco. Pastores também já estão aderindo essa causa. E, vai ser no dia 19 de

1442 outubro do mês que vem, às oito horas da manhã. Então, todos estão convidados.  
1443 Venham conosco. Vai ser uma caminhada que sairá da Cathedral Nossa Senhora  
1444 da Guia, lá em cima, e vai passar pela Rua Mato Grosso, terminando na Matriz  
1445 Santo Antônio, que é a Praça da Matriz. Então assim, para não estender muito a  
1446 fala, a gente está com esse intuito de fazer essa caminhada porque precisamos de  
1447 levantar uma bandeira pela paz. Então, muito obrigado a todos. O vereador Dr.  
1448 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Pessoal, nós não encerramos ainda, mas  
1449 quem quiser fazer uso da fala é agora. Job quer falar aqui. O senhor Job diz: Oh,  
1450 João, são os próximos passos. Deixa o Batista ir lá, que o Batista é o mais... Oh,  
1451 Batista, por gentileza, vem aqui também. Pessoal, o negócio é o seguinte, a lei é  
1452 simples, é isso daqui. Agora, essa regulamentação dela tem que definir como vai  
1453 ser composto a diretoria, quem vai ficar responsável pela questão do espaço na  
1454 feira, se vai ter cobrança, se vai ter taxa. Este trabalho quem vai ser feito é o  
1455 conselho. Então, nós temos que nos programar pra gente sentar na mesa e  
1456 desenvolver nosso regulamento interno. Isso é o conselho. Agora, eu acho que é  
1457 muito trabalho. Então, eu acho que aqui deveria sair já uma data marcada para  
1458 começar a escrever esse regulamento interno, diretoria, prazo de regulamentação  
1459 dessa diretoria, quando é que ela vai ser substituída ou não, senão não anda. A lei  
1460 fica no papel e vai ficar parado lá na gaveta. O senhor Valdeson diz: O  
1461 questionamento do Job, vai ser responsabilidade do conselho apresentar a todos a  
1462 questão da regulamentação. Já diz regulamentação da lei porque é o conselho que  
1463 vai deliberar sobre a questão da feira. Está questionando a questão da feira, quem  
1464 vai deliberar sobre pagamento de taxas e etc., é coisa do conselho. O senhor Job  
1465 diz: A questão da energia elétrica, dos banheiros. Então, tem muito trabalho pra  
1466 gente fazer. Eu estou entendendo que o João está dizendo assim: olha, a câmara  
1467 veio até aqui, a partir daqui agora é com o conselho. E, o conselho somos nós. O  
1468 vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: É verdade. É diferente, o  
1469 seguinte, vejam. Lá no conselho também haverá representantes da prefeitura e da  
1470 câmara. Certo? Então, não pensem que eu estou dizendo que o município quer se  
1471 livrar das suas obrigações. Não estou dizendo isso. É obrigação do município  
1472 restaurar aquele espaço da feira de domingo, isso não deixou de ser obrigação,  
1473 muito pelo contrário, nós estamos todos aí, eu tenho uma expectativa muito boa  
1474 para o ano que vem nessa situação da restauração. A preservação de banheiros, da  
1475 limpeza, isso será obrigação do município. O município, nós não estamos  
1476 isentando o município, a administração, das suas obrigações. Nós estamos  
1477 dizendo que as deliberações serão resultado da vontade do conselho. Certo? É  
1478 claro, o conselho pode dizer assim: nós vamos colocar um parquinho lá que vale  
1479 quinhentos mil? Claro que não, nem a câmara pode criar esse tipo de obrigação  
1480 para o Executivo. Mas, a gente pode propor soluções, encontrar consensos dentro

1481 das divergências. Essa que é a situação. OK? Marcos, você quer falar alguma  
1482 coisa? O senhor Marcos diz: Marcos Roberto, presidente da HORTIAGRO. João,  
1483 senhor presidente, eu queria saber a respeito do deslocamento do pequeno  
1484 produtor. Veja bem, nós falamos muito em alavancar a feira, mas há muito  
1485 produtor aí de pequena produção e realmente ele não tem condições de deslocar.  
1486 E, hoje tudo que fazemos se barra no ministério público. Então, eu queria pedir  
1487 para o senhor, senhor presidente, que visse esse deslocamento aí de coração,  
1488 humildade, para ver se nós realmente trouxéssemos esse pequeno produtor da  
1489 agricultura familiar com legalidade ou pelo município ou acarrear algum recurso  
1490 pra gente deslocar de lá pra cá, dos assentamentos, esses novos feirantes. Vamos  
1491 juntos estudar um meio de nós trazermos esse pessoal de lá: aquele litrinho de  
1492 jurubeba, o quilo de pimenta, sua batata doce. Então, quero pedir humildemente  
1493 para olhar essa parte do deslocamento até essa querida feira, não só essa de sexta,  
1494 como a de domingo também, que eu tenho certeza que ali seria no mínimo cem,  
1495 duzentas pessoas a mais nas nossas feiras. Muito obrigado. O vereador Dr.  
1496 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Quanto a essa questão, eu faço aqui, com  
1497 as associações aqui presentes, isso é muito importante, em meu nome, em nome  
1498 do vereador Jaime, vereador Neto, vereador Pebinha, que ainda está aqui, e dos  
1499 demais vereadores desta Casa, eu faço um comprometimento de que nós  
1500 sentaremos e buscaremos uma solução. Porém, eu faço uma exigência: nós  
1501 precisamos ensinar as pessoas a trabalhar de forma associada. Então, o  
1502 comprometimento que faço nesse instante não é com nenhum produtor ou feirante  
1503 individualmente, mas com as associações que os representam. A gente precisa  
1504 mostrar para o menino lá do Serra Verde, do Wilmar Peres, do Vale do Sonhos, o  
1505 quanto é importante participar de uma associação, porque somente através do  
1506 associativismo e do cooperativismo é que nós conseguiremos alçar soluções que  
1507 abracem a todos. Não dá para tratar individualmente. Então, faço questão que no  
1508 município cada vez mais nós trabalhemos, até porque não adianta nada eu ser  
1509 presidenta, presidente, diretor de uma associação, se os meus associados não me  
1510 dão legitimidade e não me apoiam. Então, nós trataremos desse assunto, Marcos.  
1511 Faço o comprometimento. Vou ver com os meus colegas a questão da construção  
1512 da agenda, e com vocês, e nós trataremos dessa questão. Trataremos da mesma  
1513 forma que fizemos agora com os representantes das associações. Mas, vamos lá,  
1514 lá no assentamento, lá aonde você marcar a reunião da HORTIAGRO, lá no Vale  
1515 do Sonhos, lá na feira, para dizer para as pessoas e para os seguimentos que é  
1516 preciso fortalecer as instituições, as associações, os sindicatos. Por que? Porque  
1517 são essas associações, já diz o texto bíblico: uma vara só eu consigo quebrar,  
1518 quando eu junto três ou quatro fica mais difícil. Então, nós faremos essa tratativa  
1519 com as associações e vamos encaminhar ações para solucionar essa questão do

1520 transporte. Eu sei que isso existe. OK? Muito obrigado. Em nome desta Casa, eu  
1521 agradeço a presença de todos vocês. Nós votaremos o texto. Ele irá para a sanção  
1522 do prefeito Roberto Ângelo de Farias. E, eu espero que “logo logo” estejamos  
1523 reunidos no conselho para deliberar sobre as demais questões da feira. Obrigado!  
1524 Uma boa noite e sucesso a todos. Registra-se que a assinatura de todos os  
1525 presentes foi colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência Pública.